

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Mariana Eduarda da Silva Mendonça

POR QUE(M) LUTAR?
CAMINHOS PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA

TAUBATÉ-SP
2020

Mariana Eduarda da Silva Mendonça

**POR QUE(M) LUTAR?
CAMINHOS PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Trabalho de Graduação apresentado para obtenção do Título de Bacharel pelo Curso de Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Taubaté.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lindamar Alves Faermann.

TAUBATÉ-SP

2020

**Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU**

M539p Mendonça, Mariana Eduarda da Silva
Por que(m) lutar : caminhos para a democracia brasileira /
Mariana Eduarda da Silva Mendonça. -- 2020.
64 f.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté,
Departamento de Serviço Social, 2020.

Orientação: Profa. Dra. Lindamar Alves Faermann,
Departamento de Serviço Social

1. Democracia - Brasil. 2. Capitalismo. 3. Emancipação política.
4. Direitos sociais. I. Universidade de Taubaté. Departamento
de Serviço Social. Curso de Serviço Social. II. Título.

CDD – 320.981

Mariana Eduarda da Silva Mendonça

**POR QUE(M) LUTAR?
CAMINHOS PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Trabalho de Graduação apresentado para obtenção
do Título de Bacharel pelo Curso de Serviço Social do
Departamento de Serviço Social da Universidade de
Taubaté.
Orientadora Prof.^a Dra. Lindamar Alves Faermann.

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. (a) _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. (a) _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Profissional _____

Assinatura _____

Dedico este trabalho àqueles que olham para a realidade e se indignam e se permitem lutar pela esperança de uma sociedade justa e igualitária.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente quero pedir desculpas, pois tenho que agradecer a tantos pela conclusão deste ciclo e temo por não utilizar palavras o bastante para demonstrar meu carinho por cada um que participou desta trajetória.

Agradeço a minha professora e orientadora Lindamar, que, ao longo desses quatro anos sempre esteve ao meu lado, sendo uma grande professora e amiga. Sua orientação, dedicação, carinho e motivação foram fundamentais para a conclusão deste trabalho. Com ela aprendi a sempre manter meu olhar “nítido como um girassol” e jamais me cegar a realidade.

Ao melhor e mais importante grupo de amigas que eu poderia ter, Magda, Francine, Ana Laura e Larissa. Agradeço profundamente a amizade, o colo, as risadas e o amor. Obrigada Neides, por ser meu porto seguro durante o curso e na vida.

Agradeço a minha família, pelo apoio e amparo durante estes anos.

Ao Jean, companheiro dos dias bons e ruins. Obrigada por todo o carinho e atenção quando a ansiedade me causava dúvidas.

As professoras do curso, Juliana, Elisa, Michele e Mônica. Agradeço profundamente por toda a resistência e dedicação a esse curso, por cada ensinamento e conversa que me incentivou a nunca perder a esperança e lutar diariamente pela transformação.

Aos funcionários e demais professores do Departamento de Ciências Sociais, Letras e Serviço Social, todos fundamentais para a manutenção e continuidade da nossa aprendizagem.

Por fim, a todos que de alguma forma me auxiliaram neste processo, minha imensa gratidão.

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”

Eduardo Galeano

RESUMO

Buscou-se com esta pesquisa evidenciar a importância da democracia no âmbito das sociedades modernas e suas possibilidades quanto ao alcance da emancipação política. Para a sua realização utilizou-se a pesquisa qualitativa, por debruçarmo-nos sob uma realidade que não pôde ser quantificada, correspondendo nos termos de Minayo (1995, p.22) “a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Sua construção foi ainda enriquecida com a pesquisa bibliográfica e de campo visando apreender o tema a partir de sua totalidade. Foram selecionados e entrevistados quatro representantes políticos eleitos do poder legislativo, mediante amostra intencional. Como técnica para coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada, com perguntas abertas e fechadas. Resultados da pesquisa de campo mostram sob o ideário dos entrevistados que a democracia está relacionada ao direito ao voto e a liberdade de expressão, evidenciando que a “soberania popular” é central para o regime. Entretanto, a realidade é contraditória as suas falas, pois os pressupostos da democracia não são efetivados na sociedade capitalista. Não há participação popular (plena e legítima) nas decisões públicas, existindo distanciamento entre representantes e representados. Ademais, não existe democratização de bens e serviços públicos, o que ocorre é sua concentração histórica nas mãos dos grupos dominantes. Muito distinto dos princípios de equidade e universalidade que se apresenta na esteira democrática, o que se oferta nesse sistema é um caminho dual e específico, por exemplo, quando se trata de acesso a políticas sociais, por um lado esse acesso ocorre sob a forma de serviços privados àqueles que possam comprá-los e por outro, através de sua prestação seletiva, precarizada e insuficiente pelo Estado aos segmentos mais pobres. Assim, foi possível considerar que, as concepções dos entrevistados acerca da democrática não abarcam a análise da estrutura social capitalista, como também, não abordam a superação desta estrutura para o alcance do que a própria democracia propõe. Logo, foi evidenciado que o sistema capitalista é incompatível com a realização desse regime, constituindo-se o maior desafio em sua materialização, tendo em vista seu caráter estrutural de desigualdade social e de exploração da classe trabalhadora. Nas particularidades da sociedade brasileira, a democracia encontra-se em colapso diante dos intensos ataques do governo Bolsonaro, aos direitos sociais e as políticas públicas consolidando um recuo civilizatório. O processo de alienação presente nesse sistema e os mecanismos ideológicos e políticos em jogo dificultam a promoção de uma educação política e crítica da população e conseqüentemente a tomada de consciência dos trabalhadores. Considera-se que no sistema capitalista o regime democrático possui limites concretos para garantir a emancipação, contudo, fora evidenciado sua necessidade para a manutenção do próprio curso civilizatório. Assim, é necessário fortalecer a luta popular por direitos sociais, civis e políticos para ao mesmo tempo fortalecer a democracia enquanto instrumento de luta da classe trabalhadora em busca de sua emancipação humana. Tomando como referência as análises de Rosa Luxemburgo, faz-se essencial lutar pelas conquistas democráticas, sem perder de vista a transformação do modo de produção capitalista.

Palavras-chave: Democracia; Capitalismo; Emancipação Política; Emancipação Humana; Direitos Sociais.

ABSTRACT

This research has sought to highlight the importance of democracy in modern societies and its possibilities for achieving political emancipation. Qualitative research was used to carry it out, since it focused on a reality that could not be quantified, corresponding, according to Minayo (1995, p.22), "to a deeper space of the relationships of processes and phenomena that cannot be reduced to the operationalization of variables. Its construction was further enriched by bibliographic and field research aimed at apprehending the theme from a perspective of totality. Four elected political representatives from the legislative branch were selected and interviewed by means of an intentional sample. As a technique for data collection, we used the semi-structured interview, with open and closed questions. Results of the field research show under the ideology of the interviewees that democracy is related to the right to vote and freedom of expression, evidencing that "popular sovereignty" is central to the regime. However, the reality is contradictory in its statements, since the assumptions of democracy are not effective in capitalist society. There is no (full and legitimate) popular participation in public decisions, and there is a distance between representatives and those represented. Moreover, there is no democratization of public goods and services, what occurs is their historical concentration in the hands of the dominant groups. Very different from the principles of equity and universality that are presented in the democratic wake, what is offered in this system is a dual and specific path, for example, when it comes to access to social policies, on the one hand this access occurs in the form of private services to those who can buy them and, on the other, through their selective, precarious and insufficient provision by the State to the poorest and most miserable segments. Thus, it was possible to consider that the conceptions of those interviewed about democracy do not embrace the analysis of the capitalist social structure, nor do they address the overcoming of this structure to reach what democracy itself proposes. Thus, it was evident that the capitalist system is incompatible with the realization of this regime, constituting the greatest challenge in its materialization, given its structural character of social inequality and exploitation of the working class. In the particularities of Brazilian society, democracy is collapsing in the face of intense attacks by the Bolson government, on social rights and public policies, consolidating a civilization backlash. The process of alienation present in this system and the ideological and political mechanisms at play make it difficult to promote a political and critical education of the population and consequently to raise workers' awareness. It is considered that in the capitalist system the democratic regime has concrete limits to guarantee emancipation, but its need to maintain its own course of civilization had been demonstrated. Thus, it is necessary to strengthen the popular struggle for social, civil and political rights in order to simultaneously strengthen democracy as an instrument of the working class struggle in search of its human emancipation. Taking Rosa Luxemburgo's analyses as a reference, it is essential to fight for democratic conquests without losing sight of the transformation of the capitalist mode of production.

Keywords: Democracy; Capitalism; Political Emancipation; Human Emancipation; Social Rights.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 AS CONCEPÇÕES DE DEMOCRACIA NO IDEÁRIO DOS ENTREVISTADOS: SOBERANIA POPULAR, FATO OU ILUSÃO?	19
2.1 A política a serviço do povo ou o povo sem política?.....	31
3 OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA NO BRASIL: CAMINHOS A CONSTRUIR	36
3.1 Emancipação política e humana: a importância das lutas sociais para além da democracia burguesa.....	44
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
5 REFERÊNCIAS	55
APÊNDICE	59
APÊNDICE A. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	59
APÊNDICE B. ROTEIRO DE PERGUNTAS	61
ANEXOS	62
ANEXO A: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	62

1 INTRODUÇÃO

O assunto a ser pesquisado é a democracia brasileira, mais precisamente a importância da democracia para a manutenção dos direitos sociais, políticos e civis, tendo em vista sua estrutura e os ataques que vem sofrendo no país.

A motivação pessoal para pesquisar esse tema deve-se a nossa afinidade e interesse pela área da política e ao mesmo tempo nossa indignação frente à composição atual do Congresso Nacional, que se configurou no quadro mais conservador desde os anos de 1964. A realidade atual é de políticos majoritariamente do setor fundamentalista religioso, ruralista e militar, além de um presidente que é a personificação do atraso, da ignorância e do conservadorismo. Jair Bolsonaro, embora tenha sido eleito a partir de um instrumento democrático, realizou uma campanha eleitoral antidemocrática, pautada no discurso de intolerância, homofobia, desrespeito e incitação à violência, mostrando o quanto a democracia brasileira está em risco e nos fazendo questionar: como chegamos a esse ponto? E por que isto acontece?

Recentemente, um dos filhos do Presidente Jair Bolsonaro, o vereador Carlos Bolsonaro, comentou em rede social que: “por vias democráticas, a transformação que o Brasil quer não acontecerá na velocidade que almejamos” (ARBEX; DELFIM, 2019, p.1), mostrando-nos mais uma vez o desprezo e a ameaça ao regime democrático brasileiro.

Considerando que seremos profissionais do Serviço Social, pesquisar e entender de forma aprofundada esse tema irá colaborar com nossa intervenção e compromisso profissional no sentido de sempre buscarmos analisar a realidade social em sua totalidade e buscarmos ações de luta pela garantia dos direitos de toda a classe trabalhadora.

Atualmente ouvimos muito falar da democracia; políticos sendo eleitos a partir da própria democracia, mas não agem de forma democrática, colocando em risco o sistema que os conduziram a esta posição, inclusive desrespeitando princípios universais que atravessam os regimes ditos democráticos.

Vale destacar que a democracia brasileira é jovem, ela se instituiu após o Golpe Militar de 1964, que durou 21 anos. Decorrido este período sombrio, temos a promulgação da Constituição Federal em 1988, denominada Constituição Cidadã. O termo em voga deve-se ao contexto político anterior marcado pelo autoritarismo, por ações governamentais pautadas no clientelismo e no coronelismo, ou seja, ações

políticas baseadas na troca de favores e no poder concentrado em um grupo minoritário que detém o poder econômico.

A Constituição Federal de 1988 altera esse panorama, outorgando ao Estado a responsabilidade pela questão social e suas expressões. Dessa forma, a caridade abre lugar para o reconhecimento do direito social, cabendo ao Estado sua garantia pela mediação das políticas públicas. Nestes termos, a Carta Magna¹ estabelece garantias importantes no âmbito dos direitos.

Considerando que temos apenas três décadas de democracia no Brasil, somada à fragilidade na formação política dos brasileiros relacionada às lacunas na educação do país, a população além de ter pouquíssimas experiências com governos democráticos, desconhece seu passado e ainda vê a política pública ou o direito social como ajuda e/ou benesse.

Não bastassem as debilidades de nossa democracia, temos assistido nos últimos anos (notadamente a partir de 1990, com a implantação do neoliberalismo no Brasil), reiterados cortes nas áreas sociais.

O quadro conjuntural tem se agravado desde então, especialmente com a gestão presidencial de Michel Temer, que ocupou o cargo de agosto de 2016 a janeiro de 2019, concedendo todo o poder à elite brasileira e massacrando os trabalhadores. Temer adotou várias decisões contra a população, a exemplo da contrarreforma Trabalhista e da PEC 241/16, que congelou os gastos do governo por 20 anos, entre outras medidas que desvelam os intensos ataques à nossa democracia.

Após as eleições de 2018, esse cenário de atentado à democracia se agravou: o presidente eleito foi Jair Messias Bolsonaro, com um discurso completamente antidemocrático de incitação ao ódio e a violência, além de práticas racistas, intolerantes e homofóbicas. São diversas as declarações de Bolsonaro que mostram o desrespeito à democracia e à população brasileira, como ao mencionar o nome de "Brilhante" ao general e torturador Ustra², definindo-o como grande herói nacional durante o Golpe Militar (VEJA, 2019), uma afronta às vítimas da ditadura. Também ao dizer que o índio "é cada vez mais humano assim como nós" (EXAME, 2020),

¹A Constituição Federal Brasileira é chamada de Carta Magna devido ao significado histórico da palavra. A Carta Magna foi um documento criado no século XIII na Inglaterra, esta determinava leis que garantiam os direitos dos cidadãos e regulavam o poder do rei. Desta forma, a Carta Magna influenciou na criação de Constituições de diversos países.

²Carlos Alberto Brilhante Ustra foi um coronel do Exército Brasileiro e chefe do DOI-Codi – Divisão de repressão e inteligência da ditadura – entre os anos de 1970 a 1974, condenado pela Justiça Brasileira pela prática de tortura e sequestro.

demonstrando não apenas seu desprezo à população indígena, mas também seu desrespeito ao conjunto da sociedade brasileira.

Bolsonaro também comentou sobre a fome no Brasil, alegando que “falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira”, ignorando dados sobre a fome, miséria e desnutrição no país (EL PAÍS, 2019). Essas e outras declarações expressam o caráter criminoso e perverso de Jair Bolsonaro, de desrespeito aos direitos humanos e ao regime democrático, tendo em vista que, sendo o Chefe de Estado, espera-se a defesa da democracia e dos direitos da população.

A extrema direita promoveu um novo rumo para o debate e a ação política no Brasil. Anteriormente, principalmente nos governos petistas, se via um discurso pautado na democracia e nos direitos, apesar dos problemas no interior do próprio partido. Como esclarece Luis Felipe Miguel:

Ainda que aparecessem vozes dissidentes e que os compromissos muitas vezes fossem apenas de fachada, o discurso político aceitável incluía a democracia, o respeito aos direitos humanos e o combate à desigualdade social. De maneira mais geral, a partir da Constituição de 1988, a disputa política no Brasil ocorria num terreno demarcado pelo discurso dos direitos, que se tornara amplamente hegemônico. A mobilização da direita rompeu com isso. (MIGUEL, 2018, p.23)

O que vemos hoje é um discurso criminoso escancarado, realizado principalmente pelo Presidente da República, mas também aceito e duplicado por membros do Congresso e por parte da população. Isso mostra o quanto suas ações vão à contramão da democracia e afetam diretamente a classe trabalhadora brasileira.

Para analisarmos o processo em curso de ataque às democracias em termos mundiais, é preciso entender os interesses por trás dessa constante ameaça.

Para Rousseau, a democracia é um importante instrumento de igualdade para o povo, pois “é a efetiva participação de um povo que garante o bem comum e a garantia dos direitos de cada cidadão” (ANDRIOLI, 2003, p.1). A partir dessa participação, a vontade geral e o interesse comum são "materializados". Altera-se a lógica de realização da vontade de todos ou os interesses privados de cada um. Do contrário, aquele que não se interessa pela vontade geral, mas sim por sua vontade particular, buscará concretizá-la, e quanto maior o número de pessoas em busca de suas vontades individuais, maior será a ameaça à democracia.

O regime democrático determina a forma das relações sociais e de todas as instituições, além do formato do Estado. Marilena Chauí define uma sociedade democrática quando:

Além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da república, distinção entre o público e o privado, respeito à vontade da maioria e das minorias, institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando institui direitos e que essa instituição é uma criação social, de tal maneira que a atividade democrática social realiza-se como um poder social que determina, dirige, controla e modifica a ação estatal e o poder dos governantes. (CHAUÍ, 2012, p. 151)

Partindo desse pressuposto, a estrutura democrática tem como principal fundamento o poder popular, não centralizado e o acesso pleno aos direitos, porém, ao vivermos em uma sociedade de classes, com interesses antagônicos, o capital possui valor superior à democracia, assim, seus intentos se sobrepõem aos interesses e necessidades populares.

Sob a lógica capitalista, a sociedade democrática será regida conforme o interesse econômico. Tomemos como exemplo o neoliberalismo; este prevê o Estado mínimo, isto é, a mínima interferência estatal na economia, “opera pelo encolhimento do espaço público e alargamento do espaço privado ou do mercado, sob a forma da privatização e da chamada *desregulação econômica*” (CHAUÍ, 2012, p. 153). Assim, o Estado deixa de investir em serviços e programas sociais, ocasionando a perda de direitos conquistados.

Vladimir Lênin (2019, p. 20) argumenta que enquanto os trabalhadores estão sendo explorados, estão famintos e esgotados, não há como se falar de democracia, em liberdade, igualdade e universalidade. Ao falar de liberdade de imprensa, esclarece: “na prática é a liberdade dos ricos para comprar e subornar a imprensa, liberdade dos ricos para confundir o povo por meio de mentiras venenosas dos jornais burgueses” (LÊNIN, 2019, p. 22), ou seja, prevê-se a liberdade de imprensa, mas na realidade, os principais veículos de informação são de propriedade de grandes empresários.

Ainda segundo Lênin, o autor argumenta que “não se pode falar em *democracia pura*; enquanto existirem classes diferentes, só se pode falar em democracia de classes” (2019, p. 77). Sendo assim, na sociedade capitalista, o que temos é a democracia burguesa, o Estado é burguês e todas as ações são limitadas pelo capitalismo. A burguesia utiliza da república democrática para falsificar a verdade, utilizando de mecanismos como a Constituição, eleições universais, liberdade de associação e expressão para encobrir o mais importante aspecto social, que a humanidade ainda vive sob a opressão do Capital.

Porém, a democracia possui sua importância para a emancipação política popular. Certamente este regime possibilita maior poder ao povo, se concebido corretamente, possibilitando maior organização política por meio de movimentos sociais, sindicatos, conselhos, entre outros. Rosa Luxemburgo (2019, p. 93) afirma que a democracia é necessária e indispensável, pois cria mecanismos, como o direito ao voto, auto-organização, etc., de luta pelos direitos e interesses da classe trabalhadora, promovendo uma ampliação da consciência de classe. Estes aspectos “servirão ao proletariado como trampolim e sustentáculo na sua luta pela transformação revolucionária da sociedade burguesa” (LUXEMBURGO, 2019, p. 93).

Vivemos sob uma democracia representativa, isto é, escolhemos os nossos representantes que irão decidir por nossas vontades. Porém, como podemos ver, nossos representantes escolhem seus interesses privados, gerando um rompimento, ou melhor, desrespeitando os princípios da democracia, pois seus fundamentos estão sendo esquecidos. Segundo Andrioli,

Rousseau refere-se à representatividade como uma ideia absurda, originária da sociedade civil corrompida, não podendo haver democracia se essa não for direta e as leis que não forem ratificadas pelo próprio povo serão consideradas nulas. (ANDRIOLI, 2003, p.1)

Como o território brasileiro tem grandes proporções, a democracia representativa é um caminho paliativo para garantir alguns direitos sociais, políticos e civis, porém o que vemos hoje está longe disso. Se por um lado há limites claros para o exercício da democracia na sociedade capitalista, por outro, as pessoas não se interessam pela política, não participam de conselhos, de espaços deliberativos em geral e, muitas vezes, nem sabem da importância dessa participação.

Entendemos que tal desinteresse se deve à estrutura de sociedade em que vivemos, de interesses burgueses e da disseminação da ideologia burguesa, que cria uma consciência alienada. A alienação do sujeito é fruto do conflito capital X trabalho, em que o trabalho se torna desumanizante, mecânico, exploratório. O indivíduo perde sua conexão natural com o trabalho. Para além da categoria trabalho, essa alienação se reflete no cotidiano da vida do trabalhador, este deixa de “compreender os fundamentos da sociedade capitalista ou dos fenômenos que o rodeiam” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 102), deixando de se reconhecer como produtor das coisas e como sujeito da história.

A participação política, partindo do que foi exposto acima, passa a ser privilégio de um grupo específico da sociedade, pois se dissemina a ideologia de que há

peças competentes para executar atividades políticas, tirando o caráter coletivo e classista dessa participação. Deparamo-nos com comentários de que a política se reserva a políticos, ou seja, aos eleitos, para representar as vontades do povo, sendo assim, é enfatizado o caráter de representatividade em um indivíduo, deixando de lado a importância da ação conjunta de toda a sociedade em espaços públicos.

Logo, os capitalistas e os que procuram realizar suas próprias vontades usufruem dessa alienação para conquistar um papel representativo (parlamentar) e defender seus interesses, e não o de todos.

Esse é um dos motivos de procurarmos a realização efetiva da democracia e lutarmos pelo direito da população de participar da vida em sociedade, pois comumente chegam ao poder indivíduos que buscam seus interesses privados e reduzem as possibilidades de participação popular para que os trabalhadores não reivindiquem seus direitos que devem ser garantidos pelo Estado.

Muitos parlamentares usam da "ignorância" popular para chegar ao poder, reduzindo a democracia ao simples ato de votar, pois o exercício real da democracia é cerceado por todos os lados, seja criminalizando movimentos sociais, perseguindo educadores e violando direitos sociais, mostrando-se autoritários e preconceituosos. Lamentavelmente segmentos da população que depositaram sua esperança em um representante com essas características não ligam para as barbáries vindas dos congressistas e do próprio presidente da República, Jair Bolsonaro. Muitos de seus eleitores estão preocupados com a defesa de sua propriedade privada, não enxergando que esses governantes ocupam esse lugar para manter suas regalias, patrimônios, para satisfazer o seu próprio interesse, e não a vontade geral.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo principal evidenciar a importância da democracia no âmbito das sociedades modernas e suas possibilidades quanto ao alcance da emancipação política, e como objetivos específicos: explicitar teoricamente os conceitos de democracia e emancipação política; compreender as concepções de representantes eleitos a respeito da democracia e identificar os desafios da democracia atualmente no Brasil.

Ressalta-se que esta pesquisa se localiza no campo das ciências sociais, tendo como eixo o debate sobre a conjuntura política do país. Neste campo, estuda-se o homem, as estruturas e relações sociais, assim como especifica Farid Reyes e Onésimo Hernández:

As ciências sociais são disciplinas intelectuais que estudam o homem como ser social através de métodos científicos. Eles têm um foco específico no ser humano como um membro da sociedade e nos grupos e sociedades que ele forma. Seu escopo é tal que permite fazer previsões sobre certos comportamentos ou tendências sociais, incorporando ferramentas e estatísticas matemáticas. (REYNES; HERNÁNDEZ, 2019, p.1)

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, pois buscamos conhecer modos de pensar, viver e agir. Assim, foram analisados dados no campo das experiências sociais, considerando os diferentes fatores que influenciam nesse processo.

Cabe ressaltar que a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, e das atitudes” (MINAYO; DESLANDES. GOMES, 2009, p. 21), visto que esses aspectos pertencem a uma realidade social não mensurável. Segundo Richardson

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos. (RICHARDSON, 2012, p. 90)

Diante do exposto, faz-se necessário utilizar a abordagem qualitativa, visto que nosso objeto de estudo contempla uma realidade social além de dados numéricos ou estatísticos.

Como base de análise e investigação da realidade social, foi utilizada a teoria social de Marx. Tal teoria permite analisar o objeto pesquisado em sua totalidade, considerando os aspectos sociais, econômicos e culturais que o permeiam.

O materialismo dialético tem por base a matéria, a dialética e a prática social e como objetivo ‘ o estudo das leis mais gerais que regem a natureza, a sociedade e o pensamento e, como a realidade objetiva, se reflete na consciência. (TRIVIÑOS, 1992 *apud* TEJADA, p.111, 2008)

Diante disso, tivemos a pretensão de unir a teoria marxista supracitada com a realidade social que será exposta no decorrer da pesquisa. Tal análise, portanto, irá reforçar um viés crítico em que a realidade tem múltiplas determinações e está em constante mudança.

O local onde fora realizada a pesquisa foi a cidade de Taubaté-SP. Um dos impulsionadores para a escolha dessa cidade deve-se ao fato de que, nas eleições de 2018, 81,03% dos munícipes votaram no atual presidente e, ao mesmo tempo, de contar com um quadro político extremamente conservador. Sendo assim,

consideramos importante realizar o estudo nesta cidade, visando entender o ideário político e a compreensão dos representantes populares sobre a democracia.

Tendo em vista o sistema político representativo brasileiro, foram entrevistados quatro representantes eleitos do Legislativo, dos respectivos partidos políticos: Partido Social Liberal (PSL), Republicanos, Cidadania e Novo. A escolha do número de participantes foi baseada na ponderação entre a qualidade dos resultados com a quantidade de informações que serão obtidas. Assim, utilizamos a amostra de pesquisa intencional. Nesta modalidade, também denominada de amostragem não-probabilística, os sujeitos são escolhidos a partir de sua especificidade e experiências dentro da realidade a ser pesquisada.

A escolha por esse grupo deve-se ao nosso interesse em entender a mentalidade e o ideário desses indivíduos, que se utilizam da democracia para chegar ao poder, mas que posteriormente muitos se tornam antidemocráticos. São representantes da população que chegam ao poder pelos votos populares, mas a grande maioria esquece seus compromissos.

Os dados da pesquisa foram coletados por meio de um formulário elaborado previamente, direcionado ao tema e aos objetivos da pesquisa. Segundo Richardson (2012, p. 190), o questionário possui duas funções, a de obter informações diretas, como idade, sexo, renda, etc., e a de “medição de variáveis individuais ou grupais”, com questões abertas que possibilitam obter a opinião do sujeito sobre determinado fenômeno. O questionário combina perguntas abertas e fechadas, com o intuito de possibilitar maior autonomia aos participantes em refletir e elaborar suas respostas, e também de obter informações sócio-demográficas.

O questionário foi utilizado em uma entrevista realizada com os participantes. Devido ao contexto de pandemia em decorrência do vírus COVID-19, as entrevistas foram realizadas por meio de vídeo chamada, respeitando as medidas de isolamento social.

Conforme os critérios estabelecidos pelo Conselho da Ética em Pesquisa com Seres Humanos (resolução nº 510/16) do Conselho Nacional de Saúde, as entrevistas foram gravadas em um aparelho celular e serão mantidas em sigilo por um período de cinco anos.

Após conclusão da fase de coleta de dados, foi dado início ao processo de transcrição das entrevistas e de análise das informações obtidas, com base no referencial teórico e nos objetivos da pesquisa.

Buscamos elucidar nesta pesquisa o quanto é importante lutar pela democracia, principalmente no contexto atual de retirada de direitos e levante de expressões antidemocráticas, fortalecendo o debate neste campo. Daí a relevância do mesmo para pesquisadores e para a população brasileira.

2 AS CONCEPÇÕES DE DEMOCRACIA NO IDEÁRIO DOS ENTREVISTADOS: SOBERANIA POPULAR, FATO OU ILUSÃO?

“A primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la”

Eduardo Galeano

Abordamos neste capítulo as diferentes concepções de democracia presentes no ideário dos entrevistados. A partir de suas pontuações, buscamos com base nos teóricos do tema trazer a discussão para o contexto atual da política e realidade social no Brasil.

O termo "democracia" possui diversas definições. Estudiosos ao longo da história definiram este regime com diferentes conceitos, a saber: democracia limitada, democracia restrita, democracia popular, entre outros. A concepção dominante atrelada ao senso comum e baseada no ideário liberal, segundo o autor Luiz Felipe Miguel (2014), é cindida em duas formas, a primeira sendo a ideia de governo do povo e a segunda, ligada ao processo eleitoral.

Miguel (2014), ao falar da democracia liberal, ressalta sua característica elitista, onde não há uma análise da estrutura social, e atrela-se ao conceito de meritocracia, assim naturalizando as hierarquias sociais e definindo à classe superior o papel de governante. Desta forma, teóricos influenciados por esta corrente consideram que a democracia se resume ao processo eleitoral e à participação popular ao ato de votar, não cabendo ao povo questionar o governante, pois sua vontade já foi atendida mediante o voto.

Portanto, na democracia liberal, influenciada pelo elitismo³, prevalece a ideia de que o poder político é destinado à minoria, isto é, a uma determinada elite, capacitada a governar, neutralizando a perspectiva de regime do povo. Por ter um caráter conservador, este regime possui um importante papel legitimador do *status quo*.

Marilena Chauí (2012) afirma que há uma profundidade maior na prática e ideia democrática do que o conceito de democracia liberal prevê, a democracia representa o poder popular, ou seja, o poder não se identifica com os representantes

³ O elitismo se refere a uma corrente teórica cujo principal aspecto é a concepção de que a desigualdade entre os indivíduos é natural, ou seja, um indivíduo é naturalmente mais capacitado que o outro e conseqüentemente este é apto a exercer uma função administrativa ou de chefia. (MIGUEL, 2014)

eleitos, o povo possui a soberania de escolher e decidir sobre estes. Este regime também está associado à criação de direitos; isto significa que os cidadãos são sujeitos de direitos e, quando estes não são garantidos, pode-se exigí-los. Aqui se entende o direito como algo universal, válido para todos os indivíduos. A democracia não se limita apenas ao Estado, mas determina as relações sociais e todas as outras instituições, ela institui a sociedade democrática, pois influencia no cotidiano, nas ações dos indivíduos, para além das relações de governo.

Chauí (2012) discorre que a democracia é definida a partir de três grandes direitos: igualdade, liberdade e participação nas decisões. Por igualdade entende-se que, perante as leis e os costumes da sociedade, todos os indivíduos são iguais e possuem os mesmos direitos, entretanto como observamos na realidade, apenas as leis e os direitos não tornam os indivíduos iguais. A autora argumenta que a importância está na criação da igualdade, por meio de exigências e reivindicações populares. Nesse sentido, temos o direito à liberdade, onde os sujeitos possuem o direito de se manifestar, de usar da prática política para reivindicar suas demandas, a liberdade de escolhas privadas e públicas. Que, por fim, acarreta no direito de participação no poder e nas decisões públicas. Este muda o sentido de que a política é um campo seletivo, de caráter técnico, que gera a exclusão da maioria, mas que a política é uma ação coletiva e todos podem opinar e decidir.

A autora afirma que “a democracia é a sociedade verdadeiramente histórica, isto é, aberta ao tempo, ao possível, as transformações e ao novo” (CHAUÍ, 2012, p. 153). Por permitir a participação política, a democracia faz com que a sociedade não esteja fixada, possibilitando mudanças. Assim, conclui que em uma democracia social real há, no sentido dos direitos, a ampliação das lutas populares, opondo-se aos interesses das classes dominantes.

Dessa forma, para trazer a discussão ao campo material e identificar como o regime democrático é entendido, buscamos ouvir pessoas envolvidas diretamente com este regime político. Assim, entrevistamos quatro (4) representantes eleitos do Legislativo: vereadores e deputados estaduais.

Para construir a reflexão acerca deste capítulo, foram feitas as seguintes perguntas aos entrevistados:

1. Qual sua concepção/entendimento sobre democracia?
2. Você acha que o povo brasileiro tem condições de definir todas as decisões políticas? Justifique sua resposta.

3. Você acha que no Brasil os governantes levam em consideração a vontade e as necessidades da população? Explique sua resposta.

Em relação à primeira pergunta, dois dos entrevistados associaram o conceito de democracia à liberdade, trazendo questões sobre a liberdade de expressão e de escolha, bem como o respeito e a participação popular, como se pode observar em suas respostas:

Entrevistada 1: *Democracia para mim é a liberdade de se expressar, desde que, atendendo às regras de respeito ao outro. Acho que, de uma forma bem simples, é isso, é o direito de escolher, de se expressar. É a liberdade de viver desde que sem interferir no direito de outras pessoas, de acordo com regras que garantem a própria democracia. Não tem como ser democrático pedindo a não democracia, por exemplo, a autocracia, qualquer coisa que seja contrária à democracia.*

A segunda resposta, além de trazer a questão sobre a liberdade, também argumenta sobre a necessidade de fazer valer o poder do povo, dando centralidade à participação popular:

Entrevistada 2: *Eu acredito que a democracia é o direito da liberdade, da gente poder colocar tudo o que a gente pensa, tudo que a gente acha, nossas opiniões. Se encaixa mais ou menos no direito da liberdade de expressão e o respeito de um para com o outro. É o povo ter o poder de ação. A gente, infelizmente, vive um mundo onde os governantes têm total autoridade e poder, e o povo fica em último lugar. O povo que paga o salário dos políticos, o povo que vai na urna, confia seus votos nos políticos, e na hora da tomada de decisão, o povo não é consultado. Então eu sinto a falta disso no nosso país, da participação, da colaboração da população.*

A semelhança entre as respostas, ao relacionarem democracia à liberdade de expressão, deve-se à característica deste regime que prevê tal direito, reconhecendo que em uma sociedade coexistem diferenças, logo, a diversidade e a pluralidade de ideias devem ser consideradas no campo da sociabilidade. Maria Lucia Barroco, ao discorrer sobre pluralismo, argumenta que,

Assim como a diversidade, não significa ausência de conflitos e interesses, mas sim o posicionamento diante deles, a possibilidade de todos se manifestarem, a responsabilidade ética de tomar uma posição diante do que não concordamos e a condição política de lutar pela hegemonia do projeto societário que defendemos e pela universalização dos valores a ele conectados. (BARROCO, 2014, p. 479)

A este respeito, Chauí argumenta que “a democracia é única forma política na qual o conflito é considerado legítimo” (2012, p. 150), pois a sociedade é formada por diferentes ideais e por isso é dividida internamente, e, nesse sentido, é legítimo que

todos possam se expressar e discutir sobre questões que correspondem à vida em sociedade.

Nota-se, portanto, que um dos pilares básicos de uma sociedade democrática é a liberdade de expressão. No Brasil, ela foi afirmada como direito a partir da Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo II⁴, que corresponde aos direitos e garantias fundamentais dos indivíduos.

Contudo, atualmente, o discurso da liberdade de expressão vem sendo utilizado para justificar atos e falas violentas e preconceituosas, distorcendo o real significado desse direito. É preciso evidenciar que o direito de se expressar não valida o ato criminoso, tampouco nega os valores humanos genéricos, pois não se pode tolerar o intolerável.

Barroco (2014), em seu artigo *Reflexões sobre a liberdade e in(tolerância)*, aborda o conceito liberal de liberdade e diversidade e como se naturaliza uma liberdade que exclui as diferenças. Ou seja, a liberdade na sociedade capitalista passa a se configurar como algo autônomo, ligado à realização individual do sujeito e suas apropriações privadas.

Nesse sentido, a liberdade está ligada à satisfação individual, em que o sujeito possui o direito de agir de forma autônoma. Com a criação de normas e leis, a sociedade burguesa passa a restringir suas ações, garantindo a proteção da propriedade privada.

O discurso atual sobre a liberdade de expressão é utilizado para justificar atos discriminatórios, como, por exemplo, um sujeito que posta em sua rede social ofensas raciais a determinada pessoa, e ao ser questionado sobre este ato, usa do discurso de liberdade de expressão para legitimar sua fala. Por isso, é preciso atenção ao discurso que vem sendo usado para “liberdade de expressão”, pois não se pode validar uma fala discriminatória como liberdade.

Desse modo, a discussão sobre tolerância se torna essencial, pois, em uma sociedade democrática, ainda que sob o ponto de vista formal e legal, tem-se como valor moral e ético o respeito à diversidade, assim, é preciso respeitar o diferente, reconhecer essa diversidade. Barroco (2014) discorre sobre os limites da tolerância,

⁴ Na Constituição Federal de 1988, artigo 5, inciso IV: é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato. O art. 5 diz respeito ao direito à vida, à igualdade, à liberdade, à segurança e à propriedade, especificamente nos incisos IV e IX⁴ é abordada a liberdade de se manifestar.

uma vez que não se pode aceitar uma atitude intolerante, pois o sujeito intolerante fere o direito do outro de ser diferente.

No ideário liberal, prevê-se a tolerância ao diferente, desde que não se mude o *status quo*, a sociedade tradicional; logo, valida-se uma liberdade individualista, pois o indivíduo tem passaporte para ser intolerante quando a diferença gera um incômodo ou ameaça seus interesses. Sobre isso, Barroco comenta:

Isso ocorre também em situações que não derivam de escolhas alheias, mas de determinações sociais que não fazem parte do universo daqueles que são intolerantes: “tolera-se” a existência da pobreza desde que os pobres estejam presos, longe do convívio social e dos espaços públicos frequentados pela burguesia e pelas classes médias. (BARROCO, 2014, p. 472-473)

O pseudo respeito à totalidade das práticas humanas em nome da liberdade é contraditório e falacioso, pois nega-se direitos fundamentais e, ao mesmo tempo, exclui-se balizas éticas. Portanto, a ação dos indivíduos possui limites e se faz necessário ser intolerante a atos de violação de direitos.

Para Barroco (2014, p. 479), “não podemos ser livres enquanto os outros não o são. Isso supõe o enfrentamento dos conflitos, das contradições, a aceitação consciente dos demais como seres iguais e diferentes.”.

Como já discutido, a liberdade é um valor essencial e elementar das sociedades civilizadas. A história humana tem registros dos horrores e problemas gerados pela sua negação. Como exemplo, a ditadura militar, que vigorou de 1964 a 1985 no Brasil, onde era proibido qualquer tipo de crítica ao governo e suas práticas ou discussões sobre a política e demais assuntos da sociedade, com censuras e obstruções de participação popular.

Na sequência das respostas, o terceiro entrevistado aborda o tema da seguinte forma:

Entrevistado 3: *É o sistema político onde as pessoas elegem seus representantes com eleições periódicas. Tem uma frase que eu gosto que é: “A democracia é o pior dos regimes, mas não há nenhum melhor que ela.”. Nós temos vários problemas, vários desafios, mas é o melhor modelo disponível e tem uma frase que eu gosto também que é: “A democracia não é para você escolher os melhores, mas para você tirar os piores com frequência.”. Acho que tem a ver com a escolha do cidadão e com a escolha periódica, você não precisa ficar amarrado com a mesma pessoa. É um sistema que o povo tem o poder, mesmo que limitado, então é o menos pior dos modelos.*

Em sua resposta, é possível identificar o conceito de democracia sob o prisma liberal, em que a democracia é reduzida às eleições e ao poder do povo ao voto. O

uso de frases de políticos liberais afirma uma tendência a essa ideologia. Essas frases foram usadas por Margareth Thatcher e Winston Churchill, ambas figuras políticas do Reino Unido e adeptos do liberalismo.

Ressalta-se que a democracia liberal tende a excluir as outras formas de participação e a tornar as eleições a democracia em si, ou seja, diminui a ação política ao período de eleição e o poder do povo, ao ato de votar. Isso acaba por inibir outras formas de participação, como fóruns, conselhos de gestão, conferências de políticas públicas, manifestações sociais, entre outras, e fortalece o ideário de que apenas a eleição pode trazer mudanças.

Outro aspecto levantado na resposta do terceiro entrevistado no qual cabem algumas problematizações refere-se à "possibilidade" da mudança de representantes, devido às eleições periódicas presentes no regime democrático. No âmbito teórico, quando a população não está satisfeita com o representante eleito, a solução é simples: eleger um novo representante na próxima eleição. Porém, a realidade nos mostra o contrário, pois é muito difícil a rotatividade de representantes ou de partidos eleitos.

A esse respeito, cabe lembrar o sistema proporcional de votos no Brasil. Temos candidatos que recebem mais votos, porém não se elegem, o que é previsto na legislação eleitoral. Esse sistema é restrito aos cargos legislativos, como de vereador e deputado, em que os votos recebidos pelo partido possuem mais peso do que os votos individuais a cada candidato. O sistema proporcional funciona da seguinte forma:

Para se chegar ao resultado final, aplicam-se os chamados quocientes eleitoral (QE) e partidário (QP). O quociente eleitoral é definido pela soma do número de votos válidos (votos de legenda e votos nominais, excluindo-se os brancos e os nulos), dividida pelo número de cadeiras em disputa. Apenas partidos isolados e coligações que atingem o quociente eleitoral têm direito a alguma vaga. A partir daí, analisa-se o quociente partidário, que é o resultado do número de votos válidos obtidos, pelo partido isolado ou pela coligação, dividido pelo quociente eleitoral. O saldo da conta corresponde ao número de cadeiras a serem ocupadas. (ROSA, 2013, p. 19)

Portanto, quanto às eleições para cargos do Poder Legislativo, o que definirá o candidato é a soma dos votos recebidos pelo partido e coligação e posteriormente os votos individuais de cada candidato. Logo, é um absurdo esse mecanismo eleitoral, sendo fundamental entendê-lo para que o voto seja um ato consciente.

Outro aspecto é que algumas famílias possuem o poder político no Brasil há anos. Segundo reportagem de The Intercept Brasil em 2018, 62% da Câmara dos Deputados eram formadas por originários de famílias políticas, e no Senado o número passava de 70%,⁵.

Miguel (2013) argumenta que um dos grandes problemas da democracia representativa é a formação de uma elite política, uma vez que o grupo governante tende a permanecer no poder, desfazendo o princípio de rotatividade da democracia.

Mesmo com as eleições periódicas, famílias e figuras políticas conservam-se no governo, dando continuidade às suas agendas e lógica política, impossibilitando mudanças efetivas. Conseqüentemente, ocorre o fenômeno do abstencionismo, em que “os cidadãos se convencem de que seu voto não muda as coisas e, por isso, deixam de fazer o esforço de votar.”. (SANTOS, 2016, p.120)

O quarto entrevistado evidencia também a importância da participação popular para a manutenção do sistema democrático:

Entrevistado 4: *A democracia vem daquela frase feita do Abraham Lincoln: “A democracia é o governo do povo, pelo o povo, para o povo”. É a chance de o povo escolher seu representante, mas como assim? Se você pegar essa frase, eu citei para você três vezes a palavra povo, mas o que mais falta na democracia é o povo, a participação do povo. Ela é muito bonita na frase feita: “o povo tem direito a escolher”, “a democracia vence a maioria”, mas eu sinto falta da participação do povo, então se o povo não participa verdadeiramente de um sistema político, ele não se integra nessa democracia que tanto sonhamos. Na democracia tão sonhada no Brasil falta a participação efetiva do povo, melhorou muito, nos últimos anos tem aumentado a participação do povo nesse ato da democracia. Mas ainda está muito polarizada, se tem muito a extrema direita e a extrema esquerda e quando começa a ter os problemas que nós temos em Brasília, todo mundo acha que a política não presta, que é uma coisa ruim. E a política é uma ferramenta para fazer o bem, mas as pessoas esquecem de querer participar. Se eu não participo dessa democracia tão sonhada, eu dou direito a outras pessoas escolherem por mim. Então eu vejo a democracia como um sistema bom de ser executado, mas volta na frase do Lincoln, falta a participação do povo.*

Na resposta acima, é possível identificar a relação direta que o entrevistado faz entre participação popular e democracia. Para ele, é inadmissível falar de democracia sem pensar no envolvimento do povo. Contudo, os interesses econômicos, o

⁵FILHO, João. **Famílias Tradicionais dominam a Política Brasileira: e isso não tem hora pra acabar.** The Intercept Brasil. 9 set 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/09/02/familias-tradicionais-dominam-a-politica-brasileira-e-isso-nao-tem-hora-para-acabar/?comments=1#comments>>. Acesso em: 17 jul 2020.

conservadorismo e o autoritarismo estão presentes nas relações sociais, impedindo que esse sistema político funcione.

A ideia trazida pelo entrevistado refere-se à democracia participativa ou deliberativa. Como seu nome já revela, trata-se de uma proposta onde há maior participação da população nas decisões políticas, mediante à criação de instrumentos de participação, como conselhos, orçamento participativo, fóruns, entre outros. Dessa forma, além do voto, o povo tem o direito de intervir diretamente nas decisões, ampliando seu entendimento sobre o funcionamento da política e da sociedade. A participação não substitui a representação, e sim tem como uma de “suas funções o aprimoramento das instituições representativas.” (MIGUEL, 2018, p. 196)

A participação popular permite o levantamento de demandas sociais, proporcionando maiores informações sobre o território e as condições de vida dos trabalhadores, ampliando o diálogo entre governo e sociedade civil. Esse princípio propõe o uso da esfera pública para a construção de preferências a partir do debate, também prevê uma igualdade de participação e, por fim, uma autonomia dos indivíduos, em que estes serão responsáveis pela criação de normas sociais. (MIGUEL, 2016)

Seguindo para a segunda pergunta, questionamos os entrevistados se, na opinião deles, o povo brasileiro tem condições de definir todas as decisões políticas, já que nas respostas supracitadas a participação popular é apresentada como um elemento central da democracia e como tal obteve destaque nos seus depoimentos.

Entrevistada 1: *Infelizmente não, e principalmente por consequência de algo pelo qual eu luto bastante, que é a pauta de educação política, da consciência democrática, de entender o que é democracia. As pessoas não têm educação, formação. Isso é uma escolha, é um projeto de país, que não contemplou pensar que nas escolas a gente precisa estudar amplamente os conceitos de democracia, como é, como funciona.*

A entrevistada aborda a importância da educação política, associando a falta de conscientização com a dificuldade da população em participar dos rumos da sociedade.

Ao refletirmos sobre a relevância da educação política, não apenas como um instrumento elementar para que os indivíduos alcancem consciência do seu papel no processo de organização e construção da sociedade, mas enquanto instrumento de formação integral do indivíduo, recorreremos a Paulo Freire.

O autor argumenta que a educação crítica desenvolve um ímpeto ontológico no homem de criar e conseqüentemente, de transformar, pois permite uma conscientização do sujeito sobre sua realidade, que passa a observar e analisar criticamente a estrutura social. (FREIRE, 1979). Para ele, a educação não deve mover-se para a adequação do indivíduo ou manutenção da estrutura, e sim dever ser possibilitadora do novo. Como se pode observar na seguinte citação:

No momento em que os indivíduos, atuando e refletindo, são capazes de perceber o condicionamento de sua percepção pela estrutura em que se encontram, sua percepção muda, embora isto não signifique, ainda, a mudança da estrutura. Mas a mudança da percepção da realidade, que antes era vista como algo imutável, significa para os indivíduos vê-la como realmente é: uma realidade histórico-cultural, humana, criada pelos homens e que pode ser transformada por eles. (FREIRE, 1979, p. 27)

Nesse sentido, a educação política evidenciada na resposta da entrevistada acima corresponde ao sentido primordial da educação em sua totalidade, pois educar é e deve ser um ato político, de conscientizar o indivíduo sobre a história da sociedade, seus mecanismos de funcionamento, opressão e exploração, para que este seja capaz de analisar criticamente sua realidade e, assim, transformá-la.

A primeira entrevistada ainda argumenta que a omissão de temas como política e democracia no ensino deriva de um projeto de país, um projeto de sociedade. Sem dúvida, trata-se de uma política intencional, já tão bem evidenciada pelo antropólogo Darcy Ribeiro. Em 1977, o autor declarou que a crise educacional brasileira não era uma crise, mas um projeto estrategicamente calculado.

Nessa mesma direção, Silva e Muzzeti (2017) evidenciam o caráter elitista do sistema educacional no Brasil desde a colonização, em que negros e indígenas foram excluídos por não serem considerados cidadãos, enquanto os filhos das elites coloniais eram enviados para estudar em renomados colégios no exterior, seguidos de anos de precarização da educação pública e perseguições a nomes como de Paulo Freire, que lutavam por um ensino de qualidade.

Mais de 500 anos depois, mesmo com todos os avanços no sistema educacional, a educação ainda é elitizada, e dentre as várias políticas sucateadas na atualidade, ela ocupa centralidade. Agravada no governo Temer e ampliada no governo Bolsonaro, evidencia-se os ataques realizados à educação pública e ao ensino superior, com cortes em órgãos de financiamento à pesquisa científica, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPS e o

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, e nos orçamentos de universidades federais, além de tantos outros segmentos (saúde, assistência social, previdência) que tiveram tolhidos seus recursos pelo descaso e ação criminosa do Estado brasileiro, atingindo diretamente os trabalhadores, as pesquisas e a produção de conhecimento no Brasil.

Desse modo, é possível afirmar que esse projeto de sociedade continua em construção e a todo vapor em nosso país, e, portanto, é essencial promover uma educação política popular com o propósito de resistir a ele.

A educação política popular é definida por Pontual como

Uma concepção política pedagógica e ética das práticas educativas, tem a missão de contribuir para a construção de uma cidadania ativa e transformadora a partir do exercício da democracia participativa, objetivando um modelo de desenvolvimento integral promotor da justiça social, da inclusão social com equidade de gênero e étnico-racial, da sustentabilidade e da superação de todas as formas de violência e discriminação. (PONTUAL, 2019, p. 161)

Nesses termos, é imprescindível a promoção de uma educação emancipatória para que a classe que vive do trabalho e todas as minorias possam realizar uma mudança em direção a uma sociedade igualitária.

Como já mencionado anteriormente, as eleições recebem atenção especial na discussão sobre política e democracia, o que acaba por encobrir outras formas de manifestação popular. Essa característica é evidenciada na resposta do quarto entrevistado, que alega que a população apenas se interessa por política em anos de eleição:

Entrevistado 4: *Eu ainda vejo uma pequena parte, eu vejo que nesse processo democrático, principalmente nesse ano que nós estamos, o marqueteiro, ele influencia muito a cabeça das pessoas, justamente porque elas não acompanham os quatro anos que antecedem a eleição, elas acompanham o último ano. Então uma pequena parte da população se integra daquilo que acontece no nosso país, a outra vai querer pensar exatamente no momento da eleição. Então apenas uma pequena parte está preparada, tem condições, justamente por causa dessa falta de participação.*

Existem diversos fatores que influenciam na apatia da população quanto à sua participação nos espaços públicos. São motivos ligados diretamente à estrutura social e econômica da sociedade e a própria corrupção que perpassa esses espaços.

Já o entrevistado abaixo aborda a complexidade do sistema político, suas burocracias e legalidades, o que para ele dificulta a compreensão da população sobre

os trâmites das normas sociais e acaba por distanciá-la dos espaços consultivos e deliberativos da sociedade.

Entrevistado 3: *Eu acho que condições tem, mas está muito distante ainda de as pessoas assumirem sua responsabilidade no processo. Eu entrei na política há um ano e pouco, mas sou a prova de que sim, de que dá, mas as pessoas têm que tomar a responsabilidade. Eu nunca tinha sido político, entrei para o Partido Novo, virei candidato e consegui me eleger com uma campanha muito barata, então eu sinto que sou a prova de que dá. Mas, também tem uma distância muito grande entre as pessoas, no seu dia a dia, e os políticos, então muita gente me cobra de responsabilidades que nem são minhas. Enfim, acho que as pessoas não entendem muito bem o papel do vereador, do prefeito. A gente também tem um sistema bem complexo de federação, o que é responsabilidade de cada um, para onde vai nosso imposto, isso também ajuda a distanciar as pessoas dos políticos.*

Como se pode notar, o entrevistado responsabiliza a população, usando sua experiência individual, para argumentar sobre a “facilidade” em participar dos espaços e processo político.

Dessa forma, a análise da participação política, assim como toda análise da sociedade, precisa considerar a estrutura social e as condições objetivas da população. Não há dúvidas de que a democracia abre caminhos para maior participação da população, mas, no capitalismo, há um limite real para esse processo, ou seja, desde que não atrapalhe os interesses da elite e os lucros do capital. Por outro lado, para que a população participe das decisões acerca da vida em sociedade, é preciso possibilitar efetivamente condições do seu acesso ao debate e ao fazer público, o que é utopia no contexto capitalista.

Miguel (2016) argumenta que, devido às desigualdades socialmente estruturadas, os indivíduos não possuem igualdade nos ambientes deliberativos, o que favorece as classes dominantes. Nesse sentido, o autor identifica três dimensões que manifestam tal desigualdade: “capacidade de identificação dos próprios interesses, capacidade de utilização das ferramentas discursivas e capacidade de universalização dos próprios interesses”. (MIGUEL, 2016, p. 86)

O autor afirma que os interesses são construídos através de um processo que depende da realidade concreta, dos recursos cognitivos do sujeito e também dos códigos sociais, portanto, é preciso entendê-los como produtos sociais. Assim, os trabalhadores possuem condições infinitamente menores de acessar os poderes legislativos e assembleias deliberativas, o meio escolar, os meios de comunicação,

entre outros espaços, além de menor disponibilidade de tempo para discutir interesses e assuntos coletivos.

Segundo Miguel, “os grupos dominados possuem uma perspectiva limitada do mundo social, própria de uma vivência à qual é negada a possibilidade de participação nas principais tomadas de decisão, tanto políticas quanto econômicas.” (2016, p. 87). Dessa forma, os indivíduos estão submetidos a compreender o mundo sobre “códigos emprestados”, que não correspondem à sua vivência e necessidades, e seus interesses são manipulados, seguindo os interesses da classe dominante.

A segunda dimensão está atrelada à predisposição social em aceitar um discurso em detrimento de outros. Este fator está vinculado ao ideário elitista da democracia liberal que pressupõe que "certos indivíduos" possuem maior capacidade do que outros para administrar e governar o país. Majoritariamente, o argumento está ligado a posições sociais e econômicas, alianças políticas entre os pares, títulos e outras características que definem pesos diferentes aos indivíduos e, sobretudo, características que definem processos históricos excludentes no país. Isso justifica os reiterados casos de que, mesmo quando se tem o acesso aos processos deliberativos, quem define é a elite política brasileira (exceto quando se tem resistências e lutas para alterar essa dinâmica), além de intolerâncias ou preconceitos com representantes populares, ignorando seu discurso e suas propostas.

A terceira problemática levantada pelo autor corresponde à diferença no discurso entre os representantes em relação à universalização dos interesses da sociedade. Por vezes, o discurso liberal usa do bem comum como forma de legitimação de seu discurso, como ele mesmo exemplifica:

A defesa do capitalismo pelos capitalistas, por exemplo, raras vezes é feita em nome dos privilégios de que usufruem. Em geral apela-se à prosperidade geral, à inovação tecnológica, à criação da abundância e de novas oportunidades. (MIGUEL, 2016, p. 92)

Dessa forma, há uma ocultação dos reais interesses políticos no uso do discurso. Já por conta das demandas específicas da classe trabalhadora, como moradia, redistribuição de renda, por vezes seu discurso é associado à busca de privilégios. Isso ocorre porque “os interesses de tais grupos se colocam contra as visões de mundo hegemônica, e precisam realizar o esforço extra de desnaturalizar categorias sociais e propor modelos de sociedade alternativos” (MIGUEL, 2016, p. 92). Portanto, é comum setores da classe dominante usar desse argumento para descredibilizar uma reivindicação popular.

Retornando as respostas, a entrevistada abaixo argumenta que a população não possui capacitação para decidir sobre as questões públicas relativas, sobretudo sobre as leis do país. Assim, diz:

***Entrevistada 2:** Sinceramente, não. O governo não dá poder à população. Pensa comigo: a responsabilidade que eu tenho como vereadora de estar criando uma lei em cima do que eu acredito, para você seguir, é muita responsabilidade. As pessoas precisam ser muito capacitadas para criar alguns segmentos de leis que a população vai ter que cumprir, que em muitas das vezes ela nem concorda. Então, eu clamo muito para que nossa política primeiro comece tendo alguns critérios de entendimento, estudo, em cima do que você vai fazer, que você vai agir, vai legislar. Essa é minha preocupação com a política do nosso país. Para você criar leis, você vai estar criando obrigações para a população. Então você tem que estar capacitado para isso. Um deputado, um vereador não tem que criar leis em cima só do que ele vive, do que ele acredita. Eu tenho que trabalhar em cima da população, dos estudantes, dos idosos. A gente tem sim que ter pessoas capacitadas para entender e agir para proteger a população.*

Percebe-se na sua resposta o uso de dois argumentos contraditórios: o de que o próprio governo não "empodera" a população, isso é, não lhe outorga poder de decidir e participar da sociedade e, por outro lado, falta capacitação da população para governar. Ora, de qual capacitação está se falando? De formação acadêmica? Política? A formação acadêmica em si não é requisito suficiente para essa tarefa, pois o Congresso brasileiro é ocupado por muitos parlamentares com titulações acadêmicas, mas sem nenhum compromisso com as demandas dos trabalhadores. O contrário também se vê; por exemplo, o atual presidente do país, que não tem capacidade política, teórica e técnica alguma para assumir o cargo mais importante de uma nação.

Espera-se de um parlamentar um posicionamento ético com as demandas e necessidades dos trabalhadores, e uma ação em prol da melhoria de vida de da população, o que não depende apenas de capacitação técnica ou acadêmica, mas de adesão a um projeto de sociedade: burguesa ou trabalhadora.

2.1 A política a serviço do povo ou o povo sem política?

Os governantes levam em consideração a vontade e as necessidades da população? Esta pergunta foi direcionada aos participantes de nossa pesquisa. Como observado em suas respostas:

Entrevistada 1: *Na cidade, se falando de vereadores, eu acho que sim, diferente dos deputados, dos outros parlamentares que ficam mais distantes. Há uma falta de compreensão do papel do poder legislativo até pelos próprios ocupantes dele, essa falta de educação política acomete todo mundo, inclusive quem vai lá se candidatar, porque não teve um curso, uma formação. E na sociedade a gente briga tanto por algumas coisas, vai às ruas pedir tanta coisa, e na minha opinião, deixamos de pedir o que realmente importa, que as pessoas eleitas tenham a obrigatoriedade de passar por uma formação antes de tomar posse, para entender aquilo que está se propondo a fazer, porque infelizmente eu não vejo isso acontecer.*

Segundo a primeira entrevistada, no âmbito municipal, as demandas sociais são mais atendidas em comparação aos representantes estaduais e federais, devido à distância e facilidade na comunicação. Também argumenta que a falta de compreensão sobre o papel dos representantes políticos é um elemento dificultador na ocupação do cargo, além de que a capacitação e a formação dos representantes devem se constituir em pauta das reivindicações populares.

Já a segunda entrevistada é bem direta ao afirmar que o povo não tem seus pedidos atendidos pelos governantes:

Entrevistada 2: *Não, eles amordaçam a gente e fazem as coisas do jeito que eles querem. O povo não tem vez e isso me entristece muito.*

Quanto ao terceiro entrevistado, este não apresentou uma resposta clara quanto à pergunta, justificando sua resposta da seguinte forma:

Entrevistado 3: *É interessante entender o Legislativo, o prefeito cuida de todos os problemas da cidade. Por exemplo, eu fui eleito com uma pauta muito legal do empreendedorismo, com a educação, desenvolvimento econômico, então é natural que as pessoas acabem se aproximando de você conhecendo mais sua pauta. Eu recebo poucas demandas de pauta animal, por exemplo. Quando eu recebo eu ouço e geralmente acabo encaminhando para alguém, porque você esperar que todo legislador saiba ou fale sobre todos os temas bem é você querer que aquela pessoa fique na superficialidade. A gente não tem a equipe que um executivo tem. Acaba que no legislativo é dividido por pautas e temas. Eu tenho todos meus canais abertos, de redes sociais... Claro que existe uma agenda que torna o tempo mais escasso, mas não é questão de não ouvir, é uma questão de tempo. A gente tenta atender todo mundo.*

Para ele, os representantes do Legislativo trabalham em cima de uma pauta, e não das demandas gerais da sociedade. Assim, quando as necessidades apresentadas pela população fogem de sua pauta, orientam-na a procurar o parlamentar que tem mais intimidade, conhecimento e experiência com o solicitado.

É certo que alguns deputados possuem pauta reivindicatória, o que tendência algumas de suas ações, porém, parte-se do pressuposto de que são eleitos para

decidir as demandas do povo, e não apenas suas linhas de trabalho. Assim, seja qual for a pauta levantada pela população, devem somar esforços para cumprir com seu cargo e buscar a melhoria de vida da população como um todo, e não direcionando seu trabalho a determinado grupo.

Na continuidade dos depoimentos, o quarto entrevistado alega que os representantes ouvem a população, mas deixam de atender suas demandas, em decorrência, muitas vezes, de interesses próprios dos governantes e da falta de diálogo e participação da população.

Entrevistado 4: *Escutar, eu tenho certeza que todos escutam, mas eu sinto a falta de atender verdadeiramente as demandas. Aí entra o partido político, que atrapalha muito o Brasil, a vaidade pessoal de cada político também atrapalha muito. Por exemplo, a gente como vereador recebe muita reclamação da população, aí levamos até o governador e simplesmente ele não atende, e a gente não entende o porquê que ele não atende, não quer dar atenção. Então falta sim um governador, o presidente poder ouvir e poder colocar em prática. No nosso sistema político ainda falta muito um diálogo, uma articulação política, para que uma simples lei se coloque em prática. Então os representantes ouvem, mas há muitas barreiras para que se faça algo, e também depende muito da participação do povo, de acompanhar seus políticos.*

Entre escutar a população e realizar ações no sentido de atender suas necessidades há um longo caminho. Interessante notar que, mesmo sendo parlamentares de partidos do centro e da direita, apresentam um posicionamento crítico sobre essa questão.

Há uma contradição evidenciada na discussão teórica sobre a democracia representativa: o distanciamento entre representantes e representados; isto é, “trata-se de um governo do povo no qual o povo não está presente no processo de tomada de decisões” (MIGUEL, 2016, p. 13). De acordo com o teórico Luiz Felipe Miguel (2016, p. 15-17), existem quatro problemas fundamentais nesse regime: o primeiro sendo a separação entre governantes e governados, onde a soberania do povo é exercida pelo governante; o segundo, influenciado pelo primeiro, é a formação de uma elite política, pois, diferente do que prevê a democracia, não há uma rotatividade nos cargos políticos, mantendo sempre os mesmos no poder, incluindo também a falta de representação dos grupos identitários, sendo a maioria dos representantes, homens brancos; o terceiro se refere à ruptura entre os interesses dos representados e representantes, na qual o que permanece são os interesses dos governantes, o que irá definir as decisões tomadas; e o quarto, que está relacionado ao sistema eleitoral,

no qual há o distanciamento entre as promessas feitas na campanha eleitoral e a ação efetiva.

O distanciamento entre representantes e representados afasta a população das práticas e da vida política, levando-a desacreditar em mudanças efetivas por vias eleitorais. Este fator representa a chamada crise da representação, em que as instituições e os próprios representantes são vistos com desconfiança. É preciso salientar que esta crise é direcionada à classe trabalhadora, visto que a burguesia sempre esteve, e permanece até hoje, representada.

Após os escândalos de corrupção, principalmente atreladas ao Partido dos Trabalhadores pelos veículos midiáticos, uma descrença na política e nos representantes aumentou. Presenciamos um intenso ataque aos partidos de esquerda e seus representantes, momento marcado principalmente pelo impeachment de Dilma Roussef no ano de 2016 e posteriormente pela eleição de um candidato da extrema-direita, Jair Bolsonaro.

Apesar dos ataques à esquerda, políticos de partidos tradicionais do centro e da direita também tiveram seus nomes associados à corrupção, o que também deslegitimou partidos como PSDB e o atual MDB.

É preciso evidenciar que o presidente eleito, Jair Bolsonaro, possuía em sua candidatura um intenso discurso contra os partidos de esquerda e contra a corrupção, fatores que influenciaram diretamente no seu favoritismo por parte da população.

As eleições de 2018 evidenciam essa crise de representação no Brasil. Somando os votos nulos, brancos e abstenções, os números passam de 42 milhões⁶, o que é consideravelmente alto se tratando de uma disputa presidencial. Esse dado nos mostra o quanto a população não se identifica com os representantes, e que há certa desesperança nas eleições, mas também nos apresenta um cenário onde mais de 42 milhões de pessoas decidiram não escolher entre um candidato reacionário e um candidato progressista.

A crise de representação traz à tona a discussão sobre o próprio regime democrático, dando espaço tanto para pensamentos revolucionários, que visam à emancipação humana, como autoritários e conservadores, que ameaçam a democracia e os direitos conquistados.

⁶ De acordo com o portal G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/apuracao/presidente.ghtml>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

Quando questionada sobre como mudar esse cenário, isso é, o que fazer quando os representantes não ouvem o povo, uma das entrevistadas trouxe a seguinte questão:

Entrevistada 1: *As manifestações, o poder de fala, a pressão, é o que está se mostrando eficaz para pressionar as decisões dos representantes, que têm que estar sensíveis a ouvir essa vontade. Muitos não entendem e não atendem à vontade, mas quando há uma comoção grande, um impacto notório público, em geral essas pressões têm funcionado.*

As manifestações populares são vistas por ela como uma forma de luta e pressão para que os trabalhadores se façam ouvir. É importante ressaltar a questão que levantam, visto que, no Brasil, as lutas e manifestações estiveram presentes nas principais decisões políticas e foram responsáveis pela ampliação de direitos, levando o Estado brasileiro em direção a uma maior democratização.

Virginia Fontes (2019) afirma que as lutas democráticas podem alcançar vitórias relevantes. A autora traz o termo “democratização” para se referir ao processo de ampliação das instituições democráticas e, conseqüentemente, como modos de assegurar os direitos sociais, cabendo a todos a direção do destino coletivo.

A autora sustenta que, sob uma análise histórica, a democracia, em nenhum momento, nasce da concessão de poderosos, mas sim, da luta popular. Portanto, a reivindicação democrática trata da constante luta da classe trabalhadora pela liberdade e igualdade na vida social. Essas lutas vão além do âmbito governamental, elas se referem às relações sociais das quais emergem. Portanto, as lutas democratizantes “tenderam a questionar o controle dos meios sociais de produção e, sob o capitalismo, evidenciam a distância crescente entre a socialização da produção e o controle privado do capital sobre os meios de existência”. (FONTES, 2019, p. 30)

3 OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA NO BRASIL: CAMINHOS A CONSTRUIR

“Odeio os indiferentes. Não podem existir os apenas homens, estranhos à cidade. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão, e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes. ”

Antônio Gramsci

Neste capítulo, discutimos sobre os desafios postos à democracia atualmente no Brasil. Para tanto, partimos das falas dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa e, juntamente, apresentamos uma análise da conjuntura política do país.

A partir de um exame crítico sobre o sistema capitalista, é possível entendê-lo como um sistema econômico que gera riqueza na mesma dimensão em que gera pobreza. Nesse sentido, podemos considerar a questão social como o desafio central da democracia, pois a desigualdade provocada pelo antagonismo de classes choca-se ao ideal democrático de igualdade e pleno acesso aos direitos dos indivíduos. Obviamente, conforme já sinalizado neste Trabalho de Graduação, no sistema capitalista não é possível falar de democracia na sua acepção literal, mas de uma democracia limitada, reduzida, liberal; em suma, de uma democracia burguesa, visto que é incompatível falar de igualdade em um sistema cujo funcionamento provoca compulsoriamente a questão social.

Segundo Yamamoto, a questão social é compreendida

Como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (1998, p. 27)

Ou seja, na sociedade capitalista, a riqueza gerada coletivamente pelos trabalhadores tem sua maior parte apropriada por uma pequena parcela da sociedade, a classe burguesa. E, portanto, a partir dessa desigualdade na distribuição da riqueza, a questão social surge com suas múltiplas expressões atingindo diretamente a classe trabalhadora, como a pobreza, a violência, a desigualdade, seja ela econômica, de gênero, étnico-racial, entre outros fenômenos advindos desse processo.

Nesse contexto, as políticas sociais surgem para atender às demandas da questão social – aqui se inclui também a intervenção do Serviço Social, pois há que

se destacar que a profissão surge como um dos recursos acionados pelo Estado, burguesia e Igreja para atender aos interesses do capital, contudo, trabalha nas contradições desse processo, atendendo às expressões da questão social mediante políticas sociais. De acordo com Lamamoto,

Na raiz da “questão social” na atualidade, encontram-se políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo – das instituições, mercados financeiros e empresas multinacionais, enquanto um conjunto de forças que captura o Estado, as empresas nacionais e o conjunto das classes e grupos sociais, as quais passam a assumir os ônus das chamadas “exigências dos mercados”. (2013, p. 332)

Com o avanço do neoliberalismo, essa situação se atenua ainda mais, pois a doutrina prevê a diminuição da intervenção estatal na economia e, conseqüentemente, limita as políticas sociais. Nesse sentido, é promovido um processo de contrarreforma no âmbito governamental e das políticas públicas, que, segundo Netto, justifica-se pelo ataque do capital contra as intervenções democráticas do Estado na economia, “destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais” (2012, p. 239).

O que vemos hoje no Congresso Nacional são aprovações de políticas e medidas que favorecem apenas o setor econômico, por meio de privatizações, de sucateamento dos serviços públicos, desmanche de direitos trabalhistas e previdenciários. Cenário este intensificado com o Governo Bolsonaro, principalmente por seu ministro Paulo Guedes, que iniciou uma agenda ultraneoliberal de políticas econômicas, atacando frontalmente os direitos da classe trabalhadora, que se encontra a cada dia mais empobrecida.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada entre maio e junho deste ano, o índice da população em extrema pobreza é de 3,3%, isto é, 6,9 milhões de pessoas vivendo com R\$154,00 mensais (BRASIL, 2020, p. 1). No ano de 2019, dados fornecidos pela mesma pesquisa mostraram que a população com o rendimento mais elevado se refere a 1%, com o rendimento mensal de R\$ 28.659, em contraponto, a população com menor rendimento equivale a 50%, com renda média de R\$ 850, 33 vezes menor que o valor recebido por 1% da população. (RIOS, 2020, p. 1)

Esses índices revelam parte dos desafios postos pela absurda desigualdade social no país, pois, conforme já comentado, a pobreza é apenas uma das expressões da questão social. Essas expressões se manifestam no dia a dia da população, como

a violência, com destaque à cometida contra os grupos minoritários, como negros, LGBTQIA+, mulheres, o desemprego estrutural, a fome, a falta de moradia, de serviços de saúde e de educação pública de qualidade, atingindo toda a classe trabalhadora. Assim sendo, é visível que a desigualdade social é um grande desafio para a realização de uma sociedade democrática.

Trazendo essa discussão para nossa pesquisa, buscamos identificar, com base nos relatos dos entrevistados, os maiores desafios hoje no Brasil para concretizar o regime democrático. Em suas concepções:

Entrevistada 1: *Para mim, é a educação política. A gente precisa facilitar o acesso das pessoas na política, fazer elas entenderem mais sobre política, para daí elas quererem participar. Então a gente precisa fazer as pessoas entenderem um pouquinho que seja. Eu defendo a educação política nas escolas desde criança. Eu defendo que a educação infantil ensine direitos, deveres, constituição, ensine contas através do orçamento público, do orçamento da escola. Isso tem um poder de ampliar a capacidade das pessoas, as habilidades e até a evolução humana no interesse coletivo, no entendimento de que a gente precisa viver em coletividade, que não importa só o indivíduo. Esse espírito coletivo pode ser ensinado através da política, este lugar virtuoso, que não deveria ser visto como um lugar de corrupção. Entender que a política não é ruim, são as pessoas que fazem mal para a política. E ela é o caminho para aprendermos a viver em coletividade. Para mim, é isso, a educação política é a saída.*

A entrevistada traz a educação política como principal desafio e ao mesmo tempo a saída para uma maior democratização política no Brasil. Sem dúvida, a educação é primordial para promover a conscientização da população, gerando mudanças significativas na sociedade. Porém, há um projeto histórico de sociedade no país que promove a precarização da educação pública e que, respaldado por políticas neoliberais, destrói a qualidade do sistema educacional, impedindo o avanço de uma educação emancipatória que leve às lutas sociais.

Ademais, não acreditamos que esse processo ocorrerá somente pela via da educação. Ela é uma parte, mas não o todo. Conforme destaca Orso (2008, p. 1)

(...) não se pode afirmar abstratamente que a educação, por si só, é transformadora, nem que ela não serve para nada, uma vez que ela é aquilo que a sociedade faz dela, mediada pelas condições, pelo estágio de consciência e também pelo desenvolvimento das forças produtivas materiais.

Portanto, é preciso compreender a educação como parte de um movimento maior de transformação. A escola, os partidos e outros espaços político-educativos são ferramentas importantes para elucidar e problematizar os conhecimentos necessários para conscientizar a classe trabalhadora sobre o sistema injusto e

explorador em que ela está inserida. Porém, será apenas com a ação e luta da classe que vive do trabalho que ocorrerá a real transformação social. É preciso destacar que a educação emancipatória também se faz através dos movimentos e das lutas reivindicatórias. Nesses espaços e processos, os sujeitos ampliam sua consciência.

Orso (2008) analisa que a educação corresponde à sociedade em que está inserida, tendo seus limites e possibilidades estabelecidos de acordo com a ordem vigente. Como discutido ao longo deste trabalho, estamos inseridos em uma sociedade de classes, capitalista e exploratória, que determina as relações sociais, e, mesmo em um regime democrático, não há garantias de pleno acesso à educação.

Destarte, o autor afirma ainda que não basta lutar pela educação em si, “é preciso lutar pela educação lutando simultaneamente pela transformação da sociedade” (ORSO, 2008, p. 8), pois dentro de uma sociedade desigual, a educação estará vinculada aos limites do sistema.

Na continuidade das respostas dos participantes acerca dos desafios do Brasil contemporâneo para concretizar o regime democrático, o entrevistado abaixo também traz a conscientização da população como elemento importante para sedimentar a democracia:

Entrevistado 4: *A conscientização. A população precisa conhecer mais o seu direito, precisa saber sobre as leis, precisa participar mais. Hoje há essa polarização, e também temos uma mídia que não tem mais o lado jornalístico da coisa que defende a verdade, hoje a mídia, na sua maioria, ouve apenas um lado e ela própria dá a sua opinião. Então, a população não está buscando fatos reais, falta à população conhecer, saber o que está votando, ela ter a vontade de buscar várias verdades para obter a sua verdade, é participar efetivamente de um processo político. Acho que falta essa conscientização da população, ela buscar mais, conhecer e a participar. E o que infelizmente mais se vê hoje é o negativo, o negativo vende muito, então quando a mídia trabalha só o negativo, ela esquece de mostrar o que tem de bom, e no Brasil hoje nós temos bons políticos, bons advogados, boas empreiteiras. A gente tem que mostrar o lado bom do Brasil. Eu sempre digo uma coisa, para nós mudarmos esse Brasil, nós temos que mudar a educação básica hoje, radicalmente, para daqui a quatro gerações, nós passarmos a limpo o Brasil e podermos ter uma cabeça diferenciada.*

Conforme exposto, outro aspecto evidenciado pelo entrevistado é o papel da mídia na disseminação de informações “negativas”. Essa é uma das muitas faces da mídia, seja no Brasil ou em outra parte do mundo. O que ocorre é que algumas mídias apresentam informações falsas, outras verídicas, outras são imparciais e muitas são cooptadas pelos agentes capitalistas e governamentais. São muitos aspectos que

podem ser problematizados. O fato é que este tema ganhou destaque, sobretudo após as eleições presidenciais de Trump nos EUA e de Bolsonaro no Brasil, que se valeram de notícias falsas (*fake news*) para se elegerem.

Por outro lado, também existe a intolerância do atual presidente da República no Brasil, que fez comentários e acusações sobre jornalistas e a mídia no geral, alegando que os mesmos dão destaque a informações prejudiciais à sua imagem e de sua gestão governamental. Seus comentários impulsionaram uma “perseguição” a jornalistas por meio de comentários pautados no senso comum com argumentos como os apresentados pelo quarto depoente, culpando a mídia sobre a veiculação de notícias negativas, e alegando que esta expõe apenas fatos ruins sobre a sociedade, além de induzir que jornais estão mentindo ou manipulando alguma informação. A pergunta é: de qual ou quais mídias ele está se reportando? Existem mídias conservadoras, progressistas, a serviço do capital, a serviço dos trabalhadores, enfim. Certamente ele se refere às mídias que se opõem ao governo Bolsonaro.

É preciso evidenciar que os meios de informação têm o objetivo de apresentar fatos, contudo nem sempre seguem uma ética nesse processo, então, a verdade sobre determinado assunto muitas vezes é mascarada ou enviesada.

Vale ainda sublinhar que quando o quarto entrevistado pontua “várias verdades” ou a “sua verdade”, está fazendo o uso de uma ideia equivocada, pois não existem várias verdades, mas uma única. O que ocorre é a multiplicidade de opiniões sobre determinado assunto, exatamente pelo problema da falta de ética nos meios de comunicação, além da disseminação das *fake news*.

A esse respeito, uma leitura fundamenta é a de Michiko Kakutani em seu livro “A morte da Verdade”, no qual a autora analisa a influência ideológica pós-moderna aos norte-americanos evidenciada pelos discursos do presidente Donald Trump. Em suas palavras: “a verdade cada vez mais parece estar nos olhos de quem vê, os fatos são intercambiáveis e socialmente construídos” (2018, KAKUTANI, p.1).

É possível trazer essa reflexão para a realidade brasileira, onde se percebe um crescimento do pensamento pós-moderno atingindo o cenário político e social e contribuindo para estimular esse processo das “muitas verdades”. Nesse sentido, a autora destaca que o pós-modernismo superestima a subjetividade, resultando, além de outras características, na diminuição da verdade objetiva, isto é, glorifica a opinião e as emoções do indivíduo (KAKUTANI, 2018). Sendo assim, a verdade absoluta

passa a ser uma ilusão, existindo verdades parciais, de acordo com possibilidades e hipóteses.

O discurso em voga atualmente é muito característico dessa corrente, no qual há a negação de fatos, distorção de informações e a presença de uma carga emocional e subjetiva às falas dos representantes políticos, como Jair Bolsonaro e outros.

É indispensável discutir também o poder de manipulação da mídia, em que a disseminação de informação está diretamente ligada aos interesses de grupos dominantes. Miguel (2014, p. 120) escreve que os meios de comunicação “são a fonte, direta ou indireta, da esmagadora maioria das informações que os cidadãos dispõem para compreenderem o mundo social em que vivem.”. Desse modo, é possível afirmar que a mídia possui papel fundante na formação da opinião popular. Como exemplo, destaca-se a influência do jornalismo televisivo no processo de impeachment de Dilma Roussef, em 2016.

Ademais, há que se discutir sobre o fato de os grandes veículos de imprensa compartilharem a mesma visão de mundo e compromisso com determinada ordem econômica. Como destaca Miguel:

Um grande órgão de imprensa é necessariamente uma grande empresa capitalista; e, ademais, sua manutenção depende de anunciantes que também são, por sua vez, grandes empresas capitalistas. Uma tomada de posição contra o capitalismo, nessas condições, é muito improvável. Há um interesse de classe compartilhado pelos controladores dos meios de comunicação. (MIGUEL, 2014, p. 148)

Posto isso, é preciso entender a mídia dentro do sistema econômico em que está inserida, pois é fruto das relações sociais vigentes, assim como outros meios e instituições capitalistas. Logo, os “fatos” apresentados ou não apresentados vão de acordo com os interesses em jogo. No entanto, não é possível, como o quarto entrevistado abordou, abstrair várias verdades a partir do que é informado, pois a verdade é única (embora o pensamento pós-moderno diga que não), o que muda é a carga ideológica, que direcionará a notícia apresentada. Conforme destaca Barroco (2011, p. 207),

Valorizando a instabilidade e a dispersão, a ideologia neoliberal pós-moderna declara o “fracasso”: dos projetos emancipatórios, das orientações éticas pautadas em valores universais, da razão moderna, da ideia de progresso histórico e de totalidade. O estímulo à vivência fragmentada centrada no presente (resumida ao *aqui* e ao *agora*, sem passado e sem futuro), ao individualismo exacerbado,

num contexto penetrado pela violência, dá origem a novas formas de comportamento.

Pontuamos, ainda, outra característica reforçada pela corrente pós-moderna: o predomínio do individualismo e do narcisismo. A resposta a seguir nos auxilia na discussão acerca do tema:

Entrevistada 2: *Acho que, primeiro de tudo, a população precisa aprender o que significa a palavra respeito, eu acho que é o que mais está faltando: o respeito ao próximo. Eu sofro muito problema na rede social de colocar o meu posicionamento, de gente comentar que eu sou genocida. Me respeita, respeita o que eu penso, o que eu acho! A gente como pessoa pública, eles acham que a gente perde o direito de expressar aquilo que nós somos, nós temos nossa personalidade, nossa história de vida, e as pessoas julgam muito, sem tentar entender o que se passa. É muito fácil eu chegar para você agora e dizer que eu não concordo com a linha de pensamento, ou porque você é racista e eu não concordo, ou se você é homossexual. As pessoas têm que parar para pensar, para entender, para conversar, o que se passa, se podemos ajudar, as pessoas nem pensam em ajudar, só pensam em colocar rótulos e julgamentos. Então isso me causa uma preocupação muito grande da gente conseguir alcançar o quesito democracia no nosso país. A gente tem que começar com uma conscientização dos valores morais, do respeito ao próximo, mas eu sinto que isso está cada vez mais distante, por mais que a gente tenha grupos de pessoas que se manifestam muito a favor disso eu vejo que ainda há pessoas que acham que a coisa tem que ser radical, tem que ser dura, que as coisas têm que ser seguidas de acordo com o que alguém acredita.*

A entrevistada traz a necessidade do respeito, alegando que em suas redes sociais os indivíduos não a respeitam quando expressa sua opinião. Há de se destacar a tendência egocêntrica presente na argumentação, em que uma pergunta sobre a democracia e seus desafios para a entrevistada resulta em uma questão individual.

Queremos enfatizar a importância do respeito na sociabilidade humana como um componente central da democracia. Certamente que o respeito à pluralidade de ideias é fundamental ao regime democrático. Entretanto, o que queremos discutir a partir da análise da resposta supracitada é tanto o aspecto de negação dos valores universais, quanto o egocêntrico pós-modernista, em que certos discursos estão carregados de individualismo e equívocos.

Therezinha Rios (2006, p.19) ao falar de ética, explicita que “o princípio nuclear da ética é o respeito ao outro. E, para respeitar o outro, é preciso que se admita que ele existe, que se reconheça a existência dele.”.

Ao discutir também sobre esse tema, Kakutani utiliza as reflexões de Tocqueville (2014), ressaltando que este

(...) temia que esse egocentrismo reduzisse o senso de dever para com a comunidade na sua definição mais ampla, abrindo caminho

para uma espécie de despotismo democrático por parte dos governantes da nação. (KAKUTANI, 2018, p.1)

A autora busca elucidar como o pensamento pós-moderno de valorização do “eu” pode acarretar em uma prática política egocêntrica, na qual os interesses privados são priorizados em relação aos interesses comuns. Assim, fazendo um paralelo com a resposta da segunda entrevistada, entende-se que, sendo ela uma representante política da população, espera-se que receba diferentes opiniões e críticas e saiba como lidar com esse princípio democrático, na medida em que isto é parte da vida política e social.

No cerne da democracia está o debate de ideias, e se um representante não está apto a receber críticas, então não está capacitado para representar seus eleitores com suas diferentes opiniões as quais se nega ouvir.

Em sequência às respostas, o terceiro entrevistado trouxe uma abordagem diferente à discussão até então elucidada pelos participantes desta pesquisa:

Entrevistado 3: *A gente, numa democracia, não tenho dúvidas, está passando por um momento desafiador. Porque estamos vendo os três poderes extrapolando suas atribuições, a gente vê por um lado também o executivo com um discurso em tons não democráticos, indo em manifestações, a gente vê o próprio judiciário querendo legislar e isso é péssimo, não só legislar como também nos municípios a gente vê muita reclamação de prefeito de que o ministério público está querendo “pfeitar”. Então, quando o ministério público tenta assumir uma política pública, não faz sentido, ele não foi eleito para isso, ele tem que fiscalizar o executivo, e não fazer por ele. E a gente vê um congresso com sérios desafios de liderar suas pautas. Então a gente vive numa democracia, mas a gente está num momento onde os três poderes estão extrapolando as suas autoridades, e, sinceramente, não sei como resolver isso. Mas para mim sempre volta para o voto, trazendo a população para entender melhor, para participar mais.*

A partir de sua resposta, faz-se essencial esclarecer que a conjuntura atual se caracteriza por um governo antidemocrático, em que diante de suas ameaças ao Estado democrático de Direito, o Supremo Tribunal Federal se vê obrigado a intervir contra ações do presidente da República, que ameaçam o andamento deste regime.

A esse respeito, vale destacar as recentes manifestações de grupos de direita pedindo o fechamento do Congresso Nacional e manifestando contra o Supremo Tribunal Federal em frente ao Palácio da Alvorada, e o presidente da República saiu para cumprimentar os manifestantes, ato completamente desconexo de seu papel como representante político de uma democracia.

Ademais, a discussão acerca do tema deve ser direcionada aos motivos que levam a essas interferências citadas pelo entrevistado, ao invés de a própria interferência ser caracterizada como o desafio para a democracia no Brasil. É preciso refletir sobre as ações dos representantes políticos e se estas estão de acordo com os preceitos da democracia, para que assim seja possível promover um processo de defesa e ampliação desse regime.

3.1 Emancipação política e humana: a importância das lutas sociais para além da democracia burguesa

Como já discutido no presente trabalho, o regime em que vivemos é considerado uma democracia burguesa, pois está limitado aos interesses do capital, isso é, a democracia vai até onde não esbarra na dinâmica do lucro e do poder. Da mesma forma, importa dizer que os direitos conquistados não surgiram pela boa vontade da classe dominante, e sim através de intensas lutas sociais dos trabalhadores.

Portanto, a luta da classe trabalhadora é responsável por todos os avanços em relação aos direitos políticos e sociais e, conseqüentemente, pela ampliação da democracia, conforme afirma Maria Lucia Duriguetto:

Foram as lutas dos trabalhadores pela extensão do sufrágio universal, pela fixação legal da jornada de trabalho, pela criação de sindicatos e pela formação de partidos políticos de massa que criaram as formas políticas democráticas que hoje coexistem. (DURIGUETTO, 2011, p. 290)

Essas lutas estão diretamente ligadas à consciência dos indivíduos enquanto classe. Montaño e Duriguetto (2011) dissertam que a consciência está fincada na realidade concreta em que os indivíduos estão inseridos, conforme explicam os autores:

A objetividade (da realidade existente) e a subjetividade (dos sujeitos que dela fazem parte) unem-se num único processo. A mera vivência das pessoas sobre a(s) realidade(s) sociais determina um tipo de consciência, mas esta última pode se desenvolver de diversas formas e níveis, em função do tipo de inserção e apreensão na/da realidade, individual, grupal ou humano-genérica. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 98)

Assim, a consciência do sujeito está também sujeita à alienação como a desalienação⁷, pois a realidade social é um campo de disputa entre ideologias, e a alienação é um instrumento usado para a manutenção da dominação burguesa na sociedade.

Os autores ressaltam que existem duas principais formas de consciência, a primeira sendo social, e a segunda a de classe. A consciência social é classificada como a primeira forma de consciência do indivíduo, por ser individual e imediata, baseada no senso comum. Segundo Montaño e Duriguetto (2011), essa consciência se desenvolve na vida cotidiana, influenciada pela lógica do capital e, portanto, torna-se alienada, pois naturaliza os fenômenos da sociedade, incorpora os valores da classe dominante, o que resulta na incapacidade do indivíduo em compreender criticamente o mundo e se quer de transformá-lo.

A consciência de classe é discutida pelos autores em duas formas. A primeira sendo a consciência sindical ou reivindicatória, em que há uma superação parcial da alienação, pois os sujeitos passam a refletir criticamente sobre sua realidade enquanto grupos e coletivos. Assim, os grupos passam a se identificar enquanto classe (como por exemplo, um coletivo de trabalhadores de uma fábrica), e, conseqüentemente, passam a reivindicar por melhorias em seu local de trabalho. Essa consciência está atrelada ao reconhecimento enquanto classe em si, que condiz com à

População cuja condição social corresponde com determinado lugar e papel no processo produtivo, e que, independentemente de sua consciência e/ou organização para a luta na defesa de seus interesses, caracterize uma unidade de interesses comuns em oposição aos de outras. (MONTAÑO; DURIGUETTO 2011, p. 97)

Posto isso, a segunda forma de consciência é caracterizada como a superação desta percepção de classe em si, para a classe para si, desenvolvendo-se como a consciência de classe real. Essa consciência possibilita ao indivíduo compreender a realidade social em sua totalidade, para além de interesses de grupos sociais, analisando toda a estrutura social que influencia no cotidiano. Entender-se enquanto classe para si supõe o discernimento entre o que afeta um grupo de forma isolada e aquilo que afeta de forma coletiva os indivíduos. Essa forma de consciência é o que impulsiona os sujeitos a se organizarem e direcionarem a luta em prol da classe como um todo, como a luta da classe trabalhadora pela superação do capitalismo.

⁷ Termo utilizado pelas autoras para indicar o processo de conscientização da população na luta contra a alienação promovida pela classe burguesa.

Nesse sentido, a consciência de classe é o que direcionará a ação coletiva dos indivíduos. Portanto, conscientizar a classe trabalhadora como um todo é parte fundamental da luta pela ampliação democrática para além do sistema capitalista, pois, assim como a consciência, as lutas sociais também podem ser direcionadas ao sentido reivindicatório e/ou revolucionário.

Com essas reflexões, destacamos que uma luta não anula a outra, pois é preciso lutar pela melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, mas essa luta não pode findar-se apenas com conquistas imediatas, é preciso ir além, a luta precisa ser anticapitalista.

Duriguetto (2011), ao discutir sobre democracia, o faz a partir da tradição marxista, e nesta direção de análise, a democracia pode ser diferenciada em dois níveis, a democracia formal-institucional e a democracia substantiva. A primeira corresponde ao regime atual na sociedade capitalista, na qual garante os direitos formais; já a segunda está associada à ampliação da democracia formal visando à superação de todas as formas de exploração e desigualdade, para além do âmbito jurídico-formal.

A partir desta discussão, é possível relacionar os termos ao conceito de emancipação. Segundo a autora, para Marx, a emancipação política foi desenvolvida a partir das conquistas dos direitos formais perante a sociedade capitalista, porém está restrita à manutenção desse sistema (DURIGUETTO, 2011), sendo assim, esta não garante a plena liberdade e igualdade do homem, mas apenas certa liberdade e igualdade perante as leis. Marx destaca a importância dessa conquista, argumentando que

A emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva de emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui. (MARX, 2010, p. 41)

Como pontuado pelo autor, dentro da ordem mundial vigente, a emancipação política é a máxima possível, pois como já discutido, no sistema capitalista a desigualdade entre as classes é necessária, sendo apenas possível a conquista de alguns direitos formais.

Dessa forma, a democracia formal-institucional pode ser equiparada à emancipação política, pois correspondem à garantia de direitos dos indivíduos na sociedade capitalista. Já a democracia substantiva corresponde à emancipação humana, que “exige a eliminação de toda forma de desigualdade, dominação e

exploração” (DURIGUETTO, 2011, p. 296). Portanto, a emancipação política é compatível à ordem burguesa, e a emancipação humana pressupõe a sua superação.

Duriguetto (2011) explicita que a conquista e a construção da emancipação humana pressupõem também a confirmação da emancipação política, não havendo oposição entre as duas. Porém, a emancipação política não garante a emancipação humana, exigindo, assim, que a luta seja sempre pela conquista da segunda. Logo, “a emancipação política não deveria ser eliminada, mas efetivamente concretizada a partir da abolição das relações de propriedade e de sua representação estatal. (DURIGUETTO, 2011, p. 297)

A autora evidencia que a teoria marxista critica a democracia burguesa, pois esta não busca a plena emancipação do homem, apenas garante a emancipação política.

Para Marx, as conquistas democráticas formais não deviam se constituir na meta final das lutas dos trabalhadores, mas deveriam ser impulsionadas até que se atingisse a tomada do poder político [...] e, com ele, a erradicação das relações capitalistas de produção [...] e, portanto, a emancipação humana/democracia substantiva. (DURIGUETTO, 2011, p. 297)

Sendo assim, as lutas sociais devem ser direcionadas à emancipação humana, à superação da ordem capitalista, pois só assim será possível extinguir a exploração entre as classes sociais.

Mesmo com críticas à democracia burguesa, os teóricos marxistas evidenciam sua importância para a revolução da classe trabalhadora, visto que a crítica se direciona ao caráter reformista da socialdemocracia, que não prevê a revolução como caminho para a superação do sistema capitalista, e sim sua manutenção e “adequação” do *status quo*.

Rosa Luxemburgo afirma que a democracia é indispensável para a classe operária, pois será a partir das lutas e reivindicações que o proletariado terá consciência de seus “interesses de classe e de suas tarefas históricas” (2019, p. 93). A autora evidencia a importância das lutas sindicais e políticas, uma vez que estas proporcionam a organização dos trabalhadores enquanto classe, auxiliando na construção da revolução socialista.

Assim, conforme destaca Georg Lukács:

A democracia deve ser entendida como um processo de democratização que se expressa numa crescente socialização da participação política das classes subalternas, direcionada para a construção das transformações nas esferas políticas e econômicas que

apontem para a socialização do poder. (LUCKÁCS, 2008 *apud* DURIGUETTO, 2011, p. 298)

Não se trata de elevar a democracia na sociedade burguesa como o único regime possível para se alcançar a “igualdade”, mas evidenciar sua importância em relação à perda de direitos e o agravamento na qualidade de vida dos indivíduos. A conjuntura política ameaça todos os direitos conquistados e expõe a profunda desigualdade social; a onda neoconservadora precisa ser impedida, para que a classe trabalhadora não sofra ainda mais com a exploração burguesa. Como afirma Duriguetto,

Uma real e consequente luta pela democratização das relações sociais, das decisões macro e locais, exige, portanto, uma ação definida, mesmo que não exclusivamente por projetos de classe e articulada com a totalidade das lutas sociais, visando à supressão das estruturas opressoras, da exploração, da propriedade privada, sustentadores da hegemonia da classe dominante. (DURIGUETTO, 2011, p. 298)

Nesse sentido, no horizonte da luta pela democracia, é preciso buscar a superação da ordem capitalista, pois apenas a democracia na sociedade burguesa não trará a igualdade e liberdade dos indivíduos, e este objetivo é essencial para a luta da classe trabalhadora.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Há todo um velho mundo ainda para destruir e todo um novo mundo a construir. Mas nós conseguiremos, jovens amigos, não é verdade?”

Rosa Luxemburgo

Objetivou-se, com esta pesquisa, estimular a reflexão acerca da importância da defesa da democracia na sociedade brasileira, dado os ataques protagonizados pelo presidente Jair Bolsonaro e seus arroubos de autoritarismo à sua forma de governo. Os recentes acontecimentos no Brasil, tais como ameaça de fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, desmonte da comunicação pública⁸ acompanhado de desrespeito e censura aos jornalistas, exaltação a líderes da Ditadura e apologia à tortura, mudanças no rito para a eleição e nomeação dos reitores das universidades e institutos federais são, dentre outros, elementos do cenário político que atacam frontalmente os princípios da democracia.

Explicitamos, ainda, a relação entre democracia e emancipação política, ou seja, levantar as possibilidades no âmbito desse regime quanto ao alcance da emancipação política.

Em relação aos objetivos específicos, expusemos teoricamente os conceitos de democracia e emancipação política, para a compreensão das concepções de representantes eleitos acerca da democracia e os desafios que eles encontram sobre a democracia atualmente no Brasil.

A partir disso, apresentaremos então as considerações finais acerca desses objetivos, em que nossos estudos e diálogos nos permitiram chegar. Evidenciamos em primeira mão que optamos pelo termo considerações finais (e não conclusões, conforme indicado pelas normas da ABNT), em atenção à perspectiva teórica utilizada: o marxismo. Assim, ao considerar o movimento dialético da realidade e sua totalidade, estando sempre em transformação, uma pesquisa não dá conta de abarcar um objeto em todas suas dimensões.

Para responder os intentos desta pesquisa, inicialmente foi preciso analisar os conceitos de democracia apontados por teóricos críticos do tema. Essa análise considerou a estrutura econômico-social em que estamos inseridos. A partir de

⁸ O plano de governo de Jair Bolsonaro prevê a privatização da EBC – Empresa Brasil de Comunicação, responsável pelos meios de comunicação públicos como TV Brasil, Rádio Nacional, entre outros.

pesquisadores que se valem da teoria marxista, foi possível apreender que no âmbito do capitalismo tem-se uma democracia burguesa, devendo considerar seus limites dentro dessa sociedade.

Em termos conceituais, a democracia caracteriza-se como um regime político no qual a população possui “soberania”, logo, possui o poder para escolher seus representantes e participar das decisões públicas. Os dois conceitos elencados na pesquisa partem do seguinte: no primeiro, atrelado ao ideário elitista, prevalece a ideia de que o poder político é destinado a uma minoria capacitada a governar, limitando o “poder do povo” ao sistema eleitoral e ao ato de votar, sendo denominada democracia liberal, devido seu caráter legitimador do *status quo*. O segundo, explicado por Marilena Chauí (2012), possui maior profundidade ao conceito liberal, estando relacionada à participação e ao poder popular, ao alcance de direitos, à pluralidade de ideias, ao debate e à manifestação popular, com o intuito de gerar mudanças na sociedade.

A partir das concepções dos entrevistados sobre esse regime, foi possível identificar aspectos dos dois conceitos citados acima. Em suas respostas registram que a participação popular é primordial para o regime democrático, enfatizando as eleições e o poder do voto para a escolha de representantes. Também elencaram como características da democracia a liberdade de expressão e o respeito.

Embora alguns entrevistados tenham apresentado discursos confusos, moralistas e liberais, elencaram contradições presentes no sistema político brasileiro, o fato de os parlamentares não representarem ou atenderem a demandas sociais da população que os elegeram, tomando decisões em desacordo com esta.

Alguns entrevistados colocaram equivocadamente como entrave central para a democracia o insuficiente conhecimento da população acerca da vida política e a carência de capacitação técnica dos representantes, ignorando, dessa forma, o papel dos próprios governantes nesse processo. Cabe ao Estado e aos gestores da política criarem mecanismos para que a população tenha acesso a tal conhecimento, iniciando esse processo pelos estudos escolarizados. Mas, como pensar nisso se esse conteúdo é distante ou excluído da educação pública? Haja vista a reforma do Ensino Médio, aprovada em 2017 por medida provisória, que promoveu uma série de mudanças na educação básica brasileira, entre elas a retirada da obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia e Sociologia.

A mudança verticalizada do Ensino Médio mostrou que a relação de poder e o interesse capitalista é o que importa no país, e não a formação de qualidade dos alunos e ampliação de sua consciência. Esse é um projeto de educação em curso no Brasil, portanto, mais do que atribuir a responsabilidade à população por sua falta de participação à vida política (e por isso a democracia se fragiliza), é preciso reivindicar que os parlamentares fortaleçam o ensino público e criem possibilidades reais para que a população tenha acesso a um conhecimento crítico e tenha condições reais de participar/ocupar os espaços políticos.

Quanto ao conceito e às projeções do que é a democracia, ficou evidente, no decorrer deste trabalho, a distinção entre teoria e realidade. Mesmo partindo de uma análise do regime democrático dentro do sistema capitalista, as concepções de poder popular e garantia de direitos é quase nula na realidade capitalista.

Já no ideário dos participantes, a democracia se relaciona ao conceito teórico “de governo do povo”, porém, como evidenciado pelos próprios entrevistados, a realidade não está de acordo com o regime vigente em nossa sociedade. Como dito por Marx, a existência de direitos não garante sua efetivação. Em sua obra: *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (2010), o autor nos adverte sobre a necessidade de nos afastarmos da ilusão jurídica, que nos leva a acreditar que onde há leis, há também justiça.

Podemos também considerar que as concepções dos entrevistados acerca da democracia não abarcam a análise da estrutura social capitalista, como também não abordam a superação desta estrutura para o alcance do que a própria democracia propõe. Portanto, suas concepções estão em concordância ao pensamento burguês.

No que se refere aos desafios para a democracia atualmente no Brasil, sabe-se que a sociedade capitalista se estrutura por meio da desigualdade social e da exploração da classe trabalhadora, logo, esse é o principal desafio para concretizar um regime democrático que atenda os direitos da população, respalde as demandas sociais e afirme a diversidade sexual, religiosa, cultural.

Como pontuam Faermann, Santos e Suave, (133, p. 2019)

Isso implica entender que, se vivemos em uma sociedade fundada, nesse momento histórico, no domínio burguês, do ponto de vista econômico e em todos os outros em que ele se reproduz, a ideia de democracia não alcança a classe trabalhadora no seu sentido real e se torna uma abstração. Essa democracia do domínio de uma classe sobre a outra compõe o “regime democrático burguês”, que atende fundamentalmente à classe dominante.

Partindo dessa análise, é possível afirmar que são inúmeros os desafios presentes na sociedade capitalista para ampliar e/ou mesmo manter a democracia burguesa, quem dirá outros patamares desejados de sociabilidade.

Considera-se a educação pública e política como um elemento crucial para fortalecer a democracia, pois é um instrumento importante para intensificá-la, uma vez que possibilita ao indivíduo maior compreensão e conscientização sobre a sociedade.

Ainda que tenhamos clareza dos limites da educação para a transformação social, sabe-se que *"sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário."* (LENIN, 2010, p.380). Nesses termos, compreende-se que educação emancipatória pode proporcionar condições intelectuais para ajudar nesse processo de transformação da realidade, conforme assinalava Paulo Freire⁹. Todavia, compreendemos ser mais um desafio em decorrência da precariedade da educação pública no Brasil, de vivenciarmos uma conjuntura de ataque ao ensino e sua mercantilização. Como afirmou Darcy Ribeiro em 1977: "a crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto."

A educação política como instrumento de conscientização popular possui importante influência nos rumos democráticos e devem resistir aos mecanismos de manipulação e alienação da sociedade burguesa que buscam inibir o reconhecimento dos trabalhadores enquanto classe e sujeitos de direitos. Assim, pontuamos a criação e a ampliação de espaços deliberativos e o incentivo à participação popular, já que as conquistas nesse campo ainda são insuficientes.

Quanto ao conceito de emancipação política, partindo da análise crítica, o termo corresponde ao acesso universal dos direitos sociais, políticos e civis dos indivíduos dentro da sociedade capitalista. Desta forma, teoricamente, todos devem possuir direitos os quais são respaldados juridicamente. Portanto, a emancipação política pode ser equiparada à democracia, pois correspondem às mesmas conquistas e dilemas dentro da sociedade burguesa.

É indispensável comentar sobre o papel da classe trabalhadora na conquista histórica da democracia e da emancipação política, a partir de intensas lutas sociais. E mesmo tendo alcançado certa emancipação, trabalhadoras e trabalhadores permanecem lutando, dadas as diversas formas de exploração, opressão e injustiças sociais.

⁹ Paulo Freire é patrono da educação brasileira.

Considerando que no sistema capitalista a desigualdade nunca será superada em sua totalidade, o horizonte da classe que vive do trabalho deve ser a emancipação humana, a qual corresponde a superação de toda e qualquer forma de exploração, dominação e desigualdade, portanto, a ultrapassagem da ordem capitalista.

A emancipação política e humana não são processos opostos, a primeira não necessariamente precede a segunda, mas possui certa importância para seu alcance, pois, por meio do processo de lutas por direitos dentro da democracia, a classe trabalhadora poderá vir a ter maior consciência enquanto classe em si e buscar sua libertação plena.

Portanto, mesmo sendo limitada à ordem burguesa, tanto a democracia quanto a emancipação política podem ser usadas como instrumentos na luta para o acesso à emancipação humana.

A crítica dos marxistas à democracia deve-se ao caráter reformista desse regime, em que não há busca pela revolução do proletariado, mas lutas por reformas dentro do sistema capitalista. Rosa Luxemburgo, além de fazer esta crítica aos teóricos da social-democracia, também reconheceu a importância da democracia para os trabalhadores, pois acreditava que as lutas pelas reformas em direção à melhoria da condição de vida dos trabalhadores e ampliação dos direitos poderiam ser utilizadas como meio para a organização da classe rumo à revolução. Em suas palavras, a democracia:

É necessária porque criou as formas políticas (autoadministração, direito de voto, etc.) que servirão de sustentáculo na sua luta pela transformação revolucionária da sociedade burguesa. Mas também é indispensável porque é lutando pela democracia e exercendo os seus direitos que o proletariado terá consciência dos seus interesses de classe e das suas tarefas históricas. (LUXEMBURGO, 2019, p. 96)

Desse modo, é possível considerar que a democracia promove a emancipação política dos indivíduos, e pode ser um importante instrumento de luta da classe trabalhadora para a superação de sua opressão. No entanto, ela não pode ser tida como o fim último desse horizonte, mas um meio.

Com isso, o debate sobre a democracia é elementar. Vivemos em uma sociedade dividida em classes e estamos diante de em uma conjuntura de ofensiva neoconservadora que age contra os direitos conquistados pelos trabalhadores. É preciso refletir sobre a realidade atual e as alternativas possíveis para fortalecer a luta dos trabalhadores em busca do próprio direito à vida (negado e renegado pelo Estado burguês) e a superação da ordem capitalista.

Nesse sentido, a democracia pode se constituir em um regime possibilitador de um novo modo de viver, ou seja, impulsionar a transformação social, como também pode manter os velhos traços da ordem e da política, conservando a hegemonia burguesa. Cabe a nós (trabalhadoras e trabalhadores) a responsabilidade de direcionar a democracia para os interesses do povo e o alcance da emancipação humana.

A luta pela revolução não deve ignorar a luta pelo fim das opressões cotidianas na sociedade capitalista, assim, como afirmou Rosa Luxemburgo: *“a luta pela reforma social é o meio, revolução social é o fim”*.

5 REFERÊNCIAS

A crise de educação no Brasil não é uma crise; é um projeto. **Carta Capital**, São Paulo, 05 set. 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-crise-da-educacao-no-brasil-nao-e-uma-crise-e-projeto>>. Acesso em: 13 ago 2020.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. **A democracia direta em Rousseau**. 2003. Disponível em: <<https://www.andrioli.com.br/index.php/artigos/12-a-democracia-direta-em-Rousseau>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

ARBEX, Thais; DELFIM, Rodrigo Borges. Carlos Bolsonaro diz que país não terá transformação rápida por vias democráticas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 set. 2019. Poder. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/carlos-bolsonaro-diz-que-pais-nao-tera-transformacao-rapida-por-vias-democraticas.shtml>>. Acesso em: 27 out. 2019.

BARROCO, Maria Lucia. Reflexões sobre liberdade e (in)tolerância. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 119, p. 468-481, jul./set. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n119/a04n119.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2020

_____. Barbárie e Neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BOLSONARO afirma que torturador Brilhante Ustra é um “herói nacional”. **Revista Veja online**, São Paulo, 08 ago. 2019. Política. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-afirma-que-torturador-brilhante-ustra-e-um-heroi-nacional/>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

BOLSONARO: “Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira, é um discurso populista”. **El País**, São Paulo, 19 jul 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/19/politica/1563547685_513257.html>. Acesso em: 19 mar. 2020.

BRASIL, Cristiana Índio do. Faixa de extrema pobreza é a menor em 40 anos no Brasil. **Agência Brasil**. 28 jul. 2020. Economia. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-07/taxa-de-extrema-pobreza-e-menor-em-40-anos-no-brasil>>. Acesso em: 11 set. 2020.

CARAPANÃ. A Nova Direita e a normalização do Nazismo e do Fascismo. In: SOLANO, Esther. (Org). **O Ódio como Política: a reinvenção das direitas no Brasil**. 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2018.

CHAUÍ, Marilena. Democracia e sociedade autoritária. **Comunicação & Informação**, v.15, n.2, p. 149-161, jul/dez. 2012.

_____. A nova classe trabalhadora e a ascensão do conservadorismo. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs). **Por que gritamos golpe?** 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2016, p. 15-22.

“CADA vez mais, o índio é um ser humano igual a nós”, diz Bolsonaro. **Exame**, São Paulo, 24 jan 2020. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/cada-vez-mais-o-indio-e-um-ser-humano-igual-a-nos-diz-bolsonaro/>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Democracia: apontamentos do debate liberal e marxista. **Emancipação**, Ponta Grossa, p. 289-300, 2011.

FERNANDES, Florestan. Democracia e socialismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.3, 1996, p.11-13.

FONTES, Virgínia. **Democracia e Revolução**. In: Jinkings, Ivana. A democracia pode ser assim: história, formas e possibilidades. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 29-36.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

HERNÁNDEZ, Onésimo; REYES, Farid. A enorme importância das Ciências Sociais e das Humanidades. **Esquerda Diário**, São Paulo, 26 abr. 2019. Educação. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/A-enorme-importancia-das-Ciencias-Sociais-e-das-Humanidades>>. Acesso em: 27 out. 2019.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. **SER social**, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul./dez. 2013

KAKUTANI, MICHIKO. **A morte da verdade: a falsidade na era de Trump**. Tradução André Czarnobai e Marcela Duarte. Versão Kindle. 1. ed. São Paulo: Editora Intrínseca, 2018.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer?** Problemas Candentes do Nosso Movimento. Expressão Popular, 2010.

_____. **Democracia e Luta de Classes: textos escolhidos**. Tradução Paula Vaz de Almeida. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** Tradução de Fernando Araújo. São Paulo: Movimento, 2019.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica.** Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Crítica da Filosofia do direito de Hegel, 1843 / Karl Marx.** Tradução de Rubens Erlene e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: SOLANO, Esther. (Org). **O Ódio como Política: a reinvenção das direitas no Brasil.** 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Democracia e Representação: territórios em disputa.** São Paulo: Editora Unesp. 1. ed. 2016.

_____. A democracia na encruzilhada. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p.31-38.

MONTAÑO; DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, Classe e Movimento Social.** 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

ORSO, Paulino José. As possibilidades e limites da educação na sociedade de classes. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL", IX, 2012, João Pessoa. **Anais Eletrônicos...** João Pessoa: UFPB, 2012. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/6.10.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

PONTUAL, Pedro de C. Educação popular e participação social: desafios e propostas para hoje. In: CASSIO, Fernando (Org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. - 14. reimpr. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

RIOS, Renata. Pesquisa do IBGE aponta crescimento na desigualdade social em 2019. **Correio Braziliense**, Brasil, 06 maio 2020. Disponível em: <<https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/05/06/interna->

brasil,851947/pesquisa-do-ibge-aponta-crescimento-na-desigualdade-social-em-2019.shtml>. Acesso em: 11 set. 2020.

ROSA, Pedro Luiz Barros P. da. Como funciona o sistema proporcional? **Revista Eletrônica da EJE**, Brasília, ano 3, n. 5, p. 19-20, ago./set. 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/1392>>. Acesso em: 02 out. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SILVA Marcio José; MUZZETI, Luci Regina. Educação Brasileira: projeto de uma crise. **Trama Interdisciplinar**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 223-243, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5935/2177-5672/trama.v8n2p223-243>>. Acesso em: 08 ago. 2020.

TEJADAS, Silvia da Silva. **Juventude e ato infracional: as múltiplas determinações da reincidência**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

APÊNDICE

APÊNDICE A. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “**Por que(m) lutar?: caminhos para a democracia brasileira**”, sob a responsabilidade do pesquisador Lindamar Alves Faermann. Nesta pesquisa pretendemos evidenciar a democracia enquanto um instrumento importante de alcance da emancipação política. Sua participação é voluntária e se dará por meio do auxílio nas questões levantadas pelo pesquisador. Os dados serão coletados por meio de um formulário com um roteiro de perguntas previamente direcionadas ao tema e aos objetivos da pesquisa. O formulário irá combinar perguntas abertas e fechadas. As entrevistas serão gravadas em um aparelho celular e serão mantidas em sigilo por um período de cinco anos, conforme os critérios estabelecidos pelo Conselho da Ética em Pesquisa com Seres Humanos - resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Há benefícios e riscos decorrentes de sua participação na pesquisa. Quanto aos benefícios, espera-se com essa pesquisa esclarecer a importância da democracia ampliando a visão da classe trabalhadora contra a corrente conservadora que por meio do ataque a essa forma de governo visa restringir os direitos sociais. Quanto aos riscos em relação a sua participação na pesquisa, salienta-se que eles são mínimos e estão relacionados a possíveis inibições durante o processo da entrevista. Entretanto para evitar constrangimentos será estabelecido um diálogo informal, pautado no respeito e no acolhimento, com esclarecimentos sobre a pesquisa e as dúvidas que se apresentarem. Caso haja algum dano ao participante será garantido procedimentos que visem à reparação e o direito à indenização. Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O (A) Sr. (a) não será identificado em nenhuma fase da pesquisa e nem em publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Este termo de

consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor (a). Para qualquer outra informação o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com o pesquisador por telefone (12) 996477814, inclusive ligações à cobrar, e-mail: lindafaermann1@gmail.com. Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, o(a) Sr.(a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3635-1233, e-mail: cep@unitau.br.

O pesquisador declara que a pesquisa segue a Resolução CNS466/12

Rubricas:

Pesquisador responsável _____ Participante _____

Lindamar Alves Faermann

Consentimento pós-informação

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa **“Por que(m) lutar?:caminhos para a democracia brasileira”**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do(a) Participante

APÊNDICE B. ROTEIRO DE PERGUNTAS

Roteiro de Perguntas

Levantamentos iniciais:

1. Idade
2. Identidade de gênero
3. Partido Político
4. Cargo público que está concorrendo

Questões abertas:

1. Qual sua concepção/entendimento sobre democracia?
2. Você acha que o povo brasileiro tem condições de definir todas as decisões políticas? Justifique sua resposta
3. Como a sua ação política pode promover o acesso da população aos direitos sociais?
4. Você acha que no Brasil os governantes levam em considerações à vontade e as necessidades da população? Explique sua resposta. Dê exemplos.
5. Para você, quais os maiores desafios da democracia no Brasil?

ANEXOS

ANEXO A: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A luta pela democracia brasileira: de governos antidemocráticos à emancipação popular

Pesquisador: Lindamar Alves Faermann

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 30880020.5.0000.5501

Instituição Proponente: Universidade de Taubaté

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.074.946

Apresentação do Projeto:

Como colocado em parecer anterior (4.018.849) o projeto foi apresentado com organização que permitiu a compreensão dos pressupostos da investigação delineada, bem como as contribuições para a sua área de inserção. Houve esclarecimento quando aos critérios de inclusão e exclusão da população, bem como os critérios para definição da amostra. Sugestão de apresentar dados sobre a população total. Quanto as informações sobre local de coleta de dados, estão descrito na PB (Plataforma Brasil) entretanto não estão no Projeto enviado.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo mostra-se coerente com a área de investigação.

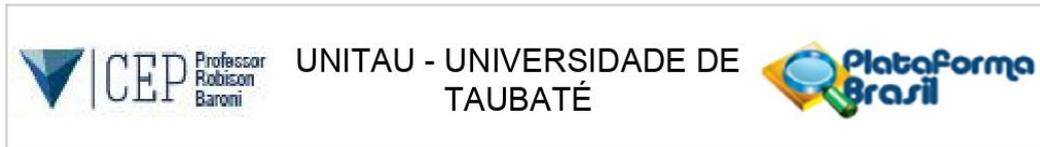
Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A avaliação dos riscos e benefícios foi descrita adequadamente nos termos de apresentação obrigatória. Como já esclarecido, em relação as ações para minimizar os riscos, qual seja, inibição durante a entrevista, há de se destacar que esclarecimentos sobre a pesquisa já é procedimento obrigatório, previsto no TCLE. Em relação aos benefícios, colocou-se os resultados esperados do estudo, sendo benefícios indiretos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O estudo é relevante, com temática atual, e pertinente a área de investigação. Apresenta objetivos claros, bem como resultados esperados.

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro **CEP:** 12.020-040
UF: SP **Município:** TAUBATE
Telefone: (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cep@unitau.br



Continuação do Parecer: 4.074.946

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória foram apresentados adequadamente.

Recomendações:

Considerando o isolamento social em virtude da pandemia do novo coronavírus o CEP/UNITAU recomenda que para elaboração das pesquisas resguardem os aspectos éticos para participantes e pesquisadores e reconsiderem a metodologia e cronograma empregados quando necessário.

Necessário inserir no Projeto, o detalhamento quanto a local de realização da coleta de dados, conforme descrito na PB.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto analisado mostra-se adequado, uma vez que as pendências foram atendidas.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião realizada no dia 05/06/2020, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 510/16, considerou o Projeto de Pesquisa: APROVADO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1535097.pdf	19/05/2020 08:37:56		Aceito
Outros	RESPOSTAMARICOMITEDEETICA.docx	19/05/2020 08:36:27	Lindamar Alves Faermann	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMOCOMPROMISSOPESQUISADOR.doc	09/04/2020 09:40:42	Lindamar Alves Faermann	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	06/04/2020 19:14:48	Lindamar Alves Faermann	Aceito
Folha de Rosto	folhorostoassinada.pdf	06/04/2020 19:12:42	Lindamar Alves Faermann	Aceito
Outros	Roteiroperguntas.docx	03/04/2020 18:59:14	Lindamar Alves Faermann	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	PROJETODEPESQUISA.pdf	03/04/2020 18:59:00	Lindamar Alves Faermann	Aceito

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro **CEP:** 12.020-040
UF: SP **Município:** TAUBATE
Telefone: (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cep@unitau.br



Continuação do Parecer: 4.074.946

Investigador	PROJETODEPESQUISA.pdf	03/04/2020 18:59:00	Lindamar Alves Faermann	Aceito
--------------	-----------------------	------------------------	----------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TAUBATE, 08 de Junho de 2020

Assinado por:
Wendry Maria Paixão Pereira
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro **CEP:** 12.020-040
UF: SP **Município:** TAUBATE
Telefone: (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cep@unitau.br



Departamento de Serviço Social
Rua Visconde do Rio Branco nº22
Taubaté – SP CEP: 12020-040
Telefone: (12) 3621.8958 FAX: (12) 3621-8958
Email: ssocial.unitau@gmail.com

**TRABALHO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - 2020**

PARECER AVALIATIVO

Título: Por que(m) lutar? Caminhos para a Democracia brasileira.	
Estudante: Mariana Eduarda da Silva Mendonça	
Membro da Banca/CRESS: Angela Michele Suave	Categoria: Professor-examinador

Introdução

Início minhas considerações ressaltando a importância da temática trabalhada na pesquisa, pois discutir a “**Democracia para a manutenção dos direitos sociais, políticos e civis**” em tempos dos mais diversos **ataques aos trabalhadores – a implantação de políticas neoliberais** está sendo mesclada com o **fortalecimento do conservadorismo - é essencial para o Serviço Social e para o conjunto das organizações políticas** que se engajam nessa luta para a defesa de um projeto societário.

O trabalho é primoroso no trato teórico e na escolha dos autores que deram sustentação teórica às reflexões. A estudantes e sua orientadora trazem um importante **debate sobre conceitos** que trazem em profundidade teórica o que é democracia, com destaque para os escritos de **Lênin** ou de **Rosa** que trazem os limites da democracia e as possibilidades de luta no capitalismo, bem como a pesquisadora diz “A burguesia utiliza da república democrática para falsificar a verdade”, passando pelas categorias teóricas da consciência e alienação.

A pesquisa teve como **objetivo geral** evidenciar a importância da democracia no âmbito das sociedades modernas e suas possibilidades quanto ao alcance da emancipação política, porém não fica explicitada a delimitação do objeto. Seria esse? Entender a mentalidade e o ideário desses indivíduos, que se utilizam da democracia para chegar ao poder, mas que posteriormente muitos se tornam antidemocráticos.

Os objetivos específicos foram: explicitar teoricamente os conceitos de democracia e emancipação política; compreender as concepções de representantes eleitos a respeito da democracia e identificar os desafios da democracia atualmente no Brasil.

Metodologia:

Método: resalto o cuidado da estudante e orientadora em trabalhar dialeticamente a estrutura e conjuntura política. A importância do uso da abordagem qualitativa e a clareza nos critérios de escolha dos sujeitos que representaram as forças políticas do município que estão no parlamento: foram entrevistados quatro representantes eleitos do Legislativo, dos respectivos partidos políticos: Partido Social Liberal (PSL), Republicanos, Cidadania e Novo.

Questões teóricas:

Na página 22, no trecho: “A democracia não se limita apenas ao Estado, mas determina as relações sociais”... **Não seriam as relações sociais que determinam o próprio regime?** Veja que Marx trabalha com os conceitos de estrutura e superestrutura. A estrutura se localiza nas relações de produção e o Estado é parte da superestrutura, onde se expressam as relações da estrutura.

Destaco a importância da análise de que **A liberdade de expressão como um dos pilares básicos da sociedade democrática:** “É preciso evidenciar que o direito de se expressar não valida o ato criminoso, tampouco nega os valores humanos genéricos, pois não se pode tolerar o intolerável. ”

A **consciência** não foi uma categoria teórica de análise, mas a estudante toca nessa discussão porque ela aparece nas entrevistas, sendo importante ressaltar que a consciência não é levada aos sujeitos e sim ela ocorre pelo processo que eles vivem, partindo de suas condições materiais...Veja que Lênin também trata dessa categoria quando defende o partido de quadros, de vanguarda.

Há clareza na exposição e na linguagem utilizada.
É necessário fazer pequenos acertos ortográficos.

Define-se no trabalho o compromisso ético da estudante, merecendo publicação. Parabéns!

Questão: Você dará a devolutiva aos entrevistados? Como?

Taubaté, 02 de dezembro de 2020.



Departamento de Serviço Social
Rua Visconde do Rio Branco nº22
Taubaté – SP CEP.: 12020-040
Fone: (12) 3625-4240; Fone/fax: (12) 3621-8958
ssocial@unitau.br

TRABALHO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - 2020

PARECER AVALIATIVO

Título: Por que(m) lutar? Caminhos para a Democracia Brasileira	
Estudante: Mariana Eduarda da Silva Mendonça	
Membro da Banca: Marina Gabos Medeiros	Categoria: Profissional convidado

PARECER

Destaco o título “Por que / Por quem lutar? Caminhos para a democracia brasileira. Considero que é isso que esse trabalho nos dá – um caminho. Enquanto assistente social conhecedora das necessidades concretas e com poder de atuação em planejamento, implementação e coordenação de políticas públicas e projetos sociais que podem ser um meio de utilizar a democracia burguesa para impulsionar transformações sociais.

Ressalto, ainda, a relevância desta pesquisa enquanto fonte histórica que faz uma análise de conjuntura e apresenta muito bem o período que estamos vivendo. Em um momento de desvalorização e descrença nas ciências humanas esta pesquisa se torna um documento fundamental não só para a academia, mas para a sociedade como um todo.

Excelente escolha de método para interpretar a realidade com todas as suas contradições, no conteúdo, nos dados e na análise das entrevistas onde foi possível compreender de forma precisa e coerente as concepções dos entrevistados a respeito da democracia.

Considero que tanto os objetivos específicos quanto o objetivo principal de evidenciar a importância da democracia e as suas possibilidades foram acertados, principalmente porque fica claro, na explicação teórica dos conceitos de democracia, que o que temos no Brasil é uma democracia burguesa a serviço do capital que nunca esteve no horizonte da vida da

maioria das pessoas, que nos coloca desafios, mas que mesmo assim é importante e que não deve ser vista como um fim, mas como um meio para a superação do sistema capitalista e emancipação humana.

Taubaté, 02 de dezembro de 2020.